

FACULDADE UNIÃO DAS AMÉRICAS

CURSO DE PSICOLOGIA

**RELIGIÃO E LEI EM PROCESSO DE ENCARCERAMENTO: ESTUDO DE CASOS
NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE FOZ DO IGUAÇU - PEF**

DEISE BRANDÃO CARVALHO

Foz do Iguaçu - PR

Dezembro, 2009

DEISE BRANDÃO CARVALHO

**RELIGIÃO E LEI EM PROCESSO DE ENCARCERAMENTO: ESTUDO DE CASOS
NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE FOZ DO IGUAÇU - PEF**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Psicologia da Faculdade União das Américas, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora:
Prof^a. Esp. Marta Carimi Damen Buzanelo

Foz do Iguaçu – PR

Dezembro, 2009

DEISE BRANDÃO CARVALHO

**RELIGIÃO E LEI EM PROCESSO DE ENCARCERAMENTO: ESTUDO DE CASOS
NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE FOZ DO IGUAÇU**

Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado e aprovado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel no curso de Psicologia da Faculdade União das Américas.

Foz do Iguaçu, 07 de dezembro de 2009.

Professora Mestre Ana Paula Fernandez de Abreu

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Esp. Marta C. D. Buzanelo (orientadora).
Faculdade União das Américas

Prof^a. Esp. Mylene Marcia de Souza Prigol
Faculdade União das Américas

Prof. Esp. Paulo Alexandre Munchen
Faculdade União das Américas

Dedico esse trabalho a todos que, de alguma, forma se fizeram presentes.

A Deus, inspiração para o tema. À minha família, que esteve me apoiando a todo momento.

Ao meu avô, que não esteve presente em corpo, mas em alma nunca esteve tão próximo.

Aos meus amigos e colegas que dedicaram algum tempo, seja de descontração, seja de desabafo.

À professora Gladis, que supervisionou meu aprendizado em psicanálise.

Enfim, a todos que de certa forma fizeram parte dessa história.

AGRADECIMENTOS

Agradeço e dedico este trabalho primeiramente a Deus, que esteve presente em todos os momentos da minha vida, dando-me forças para concluir mais um ano, por sinal, o último de faculdade, mas apenas mais um ano de estudo.

À minha família, que aguentou várias situações de estresse, desânimo, e que nunca desistiram de mim, mesmo quando tudo parecia perdido. Dedico ao meu avô em especial, Antônio Bueno Brandão, que esteja onde estiver sempre estará comigo e tenho certeza de que ele estaria muito orgulhoso de ver mais um de seus netos concluindo um sonho, como ele dizia, sendo “doutor”. A ele que nos deixou em um momento muito importante e, há seis meses reside em meus pensamentos vinte e quatro horas por dia. Sua ausência ainda é sentida e continuará sempre sendo. À minha avó, dona Maria, por ser essa mulher trabalhadora e guerreira, que me inspira força em tudo. À minha mãe, Rosali, que mesmo com todos os seus afazeres, sempre que necessário, me ajudou e incentivou não apenas nesse trabalho, mas em vários outros projetos ao longo da minha vida. Jamais desistiu, por pior que fosse a circunstância, sempre dando de seu máximo para que pudéssemos ter a melhor educação e todo conforto que ela pudesse proporcionar. Ao meu pai, Felipe, aos meus irmãos, Fábio, Bruno e Laísa, e à minha tia Leni, que de alguma forma sempre tentaram compreender as TPM’s, os estresses, e respeitaram esses momentos, também sempre fazendo o possível para acolher e ajudar quando precisei, que convivem diretamente comigo e conhecem todas as minhas facetas.

Aos amigos que fiz na faculdade e cujas amizades espero levar comigo por muito tempo. À Elaine e à Leila que foram minhas primeiras amizades e que, desde o primeiro ano até hoje, continuam sendo muito importantes para mim. Aos grupos de estudo com a Daiane e com o Sidney, que sempre ajudaram muito na véspera das provas, ou até mesmo nos cinco “minutinhos” antes. Ao Sidney que sempre esteve ao meu lado, me consolando quando precisei e me dizendo verdades que ninguém mais diria, muito importante nesses anos e, que mesmo com algumas brigas, vários desentendimentos, continuou sendo o companheiro que é. E a todos que de alguma forma marcaram em alguma coisa, seja nas conversas de corredor,

nas festas, em bate-papos, que proporcionaram momentos de muita alegria e história para serem passadas para filhos e netos, sobre um tempo que não volta mais, mas que foi vivido autenticamente.

À minha amiga de infância, Márcia, que me apoiou sempre em vários momentos da minha vida, esteve presente em todas as etapas e continua presente até hoje. À família que eu adotei: tia Delci e tio César, que também estiveram presentes por diversos anos em minha vida e acompanharam um pouco das minhas alegrias e tristezas.

Às Psicólogas da PEF, Karine e Mônica, que me auxiliaram durante a pesquisa, assim como os agentes penitenciários que garantiram nossa segurança e a toda equipe, diretores, enfim, a todos que de alguma forma contribuíram para que esse trabalho pudesse ser realizado.

Agradeço a todas essas peças importantes do quebra-cabeça de minha existência, que a marcaram bastante. Quero muito que continuem fazendo parte dela por mais vários anos. Amo todos vocês, presentes e ausentes, de forma que não tem como colocar em palavras o quanto a vida de vocês foi de fundamental importância à minha, hoje e sempre. Obrigada por existirem para mim e em mim.

"A crença em Deus subsiste devido ao desejo de um pai protetor e imortalidade, ou como um ópio contra a miséria e sofrimento da existência humana." (Sigmund Freud)

RESUMO

Há uma constante busca da religião pelas pessoas encarceradas, o que numa primeira análise pode parecer contraditório, pois o encarceramento ocorreu por descumprimento da lei. O indivíduo busca na religião certo tipo de lei, uma vez que esta caminha no mesmo sentido da religião, também com diferença entre o certo e o errado, o bom e o ruim, a salvação e a degeneração. O presente trabalho cujo debate ocorreu em torno de princípios que envolvem moral e lei pertencentes à religião, do ponto de vista psicanalítico, foi realizado no período de julho a novembro de 2009 na Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu (PEF), através de entrevistas realizadas em uma amostragem de três presidiários do sexo masculino, já julgados e objetivou identificar as causas que levaram os detentos a buscarem a religião após a reclusão, investigar como os mesmos sentem-se com relação à justiça, aceitação ou revolta relacionada a Deus e levantar se houve ou não mudança de visão em relação às leis provocadas pela religião. Como resultado concluiu-se que a busca da completude é a motivadora da busca pela religião. Essa aparece como forma de satisfazer as pulsões, o que favorece a aceitação da justiça, pois os presos acreditam que Deus é misericordioso, perdoa os pecados e lhes dá uma segunda chance. Pode-se afirmar que, a princípio, o seguimento das leis da religião facilitou a aceitação das leis externas.

Palavras-chave: Religião; Lei Divina; Lei do Pai; Sistema Carcerário; Pulsão.

ABSTRACT

Many incarcerated people constantly pursue religion, and in a first sight it might seem contradictory because the reason for the incarceration was the violation of the law. The individual pursuit in religion a certain type of law, since it is moving in the same sense of religion, also with the differences between what is right and wrong, good and bad, salvation and degeneration. This paper, which the debate occurred around the principles that involve moral and law pertaining to religion in the psychoanalytic point of view, was carried out from July to December 2009 at Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu (PEF). The interviews were made with three male prisoners already judged. This paper aim is to identify the reasons that led the inmates to seek a religion after the confinement, investigate how they feel about justice, acceptance or revolt related to God and to make a research to see if there was or there was not a change of view in relation to our laws caused by the divine laws. As result it was concluded that the pursuit of the completeness is the motivation for them to seek a religion. This appears as way to satisfy the instinct which encourage the acceptance of justice, because the prisoners believe that God is merciful and forgives their sins and gives them a second chance. Initially, it can be affirmed that the follow of the God's law facilitate in the acceptance of external laws.

Keywords: Religion; Divine law; God's law; Carcerary System; Instinct.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 10 |
| 1 CONCEITOS BÁSICOS DA PSICANÁLISE | 18 |
| 1.1 INCONSCIENTE..... | 18 |
| 1.2 A CULPA ORIGINAL E O COMPLEXO DE ÉDIPO..... | 23 |
| 1.3 A OBSESSIVA BUSCA PELO PREENCHIMENTO DO VAZIO | 29 |
| 2 OS ELEMENTOS HISTÓRICOS DA CONSTITUIÇÃO DA PRISÃO: DEBATES EM TORNO DO ENCARCERAMENTO E PUNIÇÃO..... | 34 |
| 2.1 OS DETERMINANTES HISTÓRICOS DA CONSTITUIÇÃO DAS PRISÕES | 34 |
| 2.2 ENCARCERAMENTO E PUNIÇÃO EM DEBATE..... | 38 |
| 2.3 O SISTEMA PRISIONAL DE FOZ DO IGUAÇU: A PARTICULARIDADE DA PEF | 45 |
| 3 RELIGIÃO, PRISÃO E PUNIÇÃO | 47 |
| 3.1 CONCEPÇÃO TEOLÓGICA..... | 47 |
| 3.2 CONCEPÇÃO DO HOMEM | 52 |
| 3.3 CONCEPÇÃO DA PSICANÁLISE..... | 56 |
| 4 ANÁLISE DOS DADOS..... | 60 |
| 4.1 UMA LEI NO PALETÓ..... | 60 |
| 4.2 FAZENDO LIMPEZA COM O JOELHO NO CHÃO | 67 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 72 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 75 |
| APÊNDICES | 80 |

INTRODUÇÃO

Há cerca de três anos surgiu o interesse na elaboração de tal trabalho, pela área social, em especial, pelo processo de encarceramento muito frequente na região, principalmente em se tratando de uma cidade que faz fronteira com outros dois países: Paraguai e Argentina, sendo que o Paraguai é considerado um grande fornecedor para o tráfico de drogas e contrabandos em geral.

Devido ao grande índice de criminalidade e tráfico, principalmente, a cidade de Foz do Iguaçu possui um alto índice de assassinatos, entre outros crimes. A cultura da criminalidade é algo que vem crescendo no município, tornando-se algo comum e, é mesmo de se estranhar quando no noticiário local há um final de semana sem mortes violentas.

Em se tratando de algo relativamente rotineiro, não é raro encontrar alguém que conheça ou já tenha se deparado com pessoas que tenham enfrentado problema com a lei, em qualquer uma de suas formas. Há cerca de cinco anos, o contato com pessoas em conflito com a lei, seja pelo uso ou tráfico de drogas, e até mesmo por homicídios; serviu como impulsor para estudar mais o ser humano, assim como os motivos que o levam a agir de certas maneiras em determinadas situações. Ver pessoas que apresentavam perfeitas condições para ter uma vida saudável pondo tudo a perder, enquanto outras que teriam tudo para ter uma vida entregue a drogas e bebidas seguem levantando e lutando para seguir seu desejo de crescer na vida. Esse é um dos grandes desafios da psicologia: possibilitar a compreensão das formas de enxergar o mundo com suas belezas e defeitos, de diferentes pontos de vista, levar em consideração a diversidade existente e compreendê-la.

O mesmo ocorre com relação à compreensão da quebra da lei pelo indivíduo, mesmo conhecendo as possíveis consequências imediatas e futuras.

Inicialmente, a idéia principal seria desenvolver um trabalho de reintegração

social para egressos do sistema carcerário, porém, seria necessário mais tempo disponível, ou até mesmo a inserção em um projeto de pesquisa mais aprofundado, o que ainda não é viável pela faculdade. Os questionamentos sobre como trabalhar com os encarcerados, como desenvolver a conscientização da população para aceitação e acolhimento dos egressos do sistema penal surtiram após uma entrevista de estágio na Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu.

Tentando trabalhar ainda com o assunto, porém, de forma que pudesse desenvolvê-lo dentro do tempo, em condições disponíveis e como forma de delimitação do trabalho, a mudança enfocou a questão da religião na vida desses encarcerados.

Mas, por que a religião? A fé vinda dela caminha no mesmo sentido da lei, havendo a diferença entre o certo e o errado, o bom e o ruim, a salvação e a degeneração. O que leva uma pessoa que cumpre pena por descumprimento da lei a procurar por um outro tipo de lei, o da religião?

Parece contraditório, porém, há uma constante busca de pessoas nessa situação em se converterem a alguma religião, em aceitar Jesus em suas vidas, como seu Salvador.

Algumas questões surgem com relação ao tema e o presente trabalho se dispõe a tentar compreendê-las.

O trabalho foi realizado no período de julho a novembro de 2009 na Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu (PEF), por tratar-se de um local que trabalha com a institucionalização de pessoas que passaram por alguma dificuldade relacionada com a lei e que hoje foram julgadas e pagam pelos seus atos ilícitos. No local, há um espaço aonde é levada a palavra de Deus através da Bíblia e onde ela é debatida com os detentos. Há pastores e padres que fazem trabalho de evangelização semanalmente, onde há fila de espera para que os detentos com bom comportamento possam participar. Foram realizadas entrevistas com detentos do sexo masculino que adotaram a religião após serem institucionalizados.

Trata-se de um local com condições favoráveis para realização do presente trabalho, na tentativa de compreender a motivação da busca da religião pelas pessoas que estão privadas da liberdade por descumprimento da lei, e ao mesmo tempo a busca por um tipo de lei que é encontrada na religião.

Entre os objetivos específicos desta pesquisa, está identificar as causas que levaram os detentos a buscarem a religião, investigar como os mesmos sentem-se

com relação à justiça, aceitação ou revolta relacionada a Deus e se houve ou não mudança de visão em relação às leis provocadas pela religião.

Os sujeitos de pesquisa foram detentos do sexo masculino, entre 20 e 45 anos, já julgados e condenados que adotaram a religião após a institucionalização e que se dispuseram a participar do estudo. Dentre esses, através de amostragem, foram selecionados três para realizar o estudo de caso.

O trabalho foi desenvolvido através de pesquisa, que segundo Gil (2009, p.17), é o “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. A pesquisa surge a partir de uma problemática, onde se faz necessária obtenção de mais dados, ou ainda, quando as informações estão desordenadas, de forma que não é possível relacioná-las ao problema.

Ander-Egg apud Marconi e Lakatos (2002, p.15), define pesquisa como sendo “procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento”, ou seja, a pesquisa deve ser a utilização de técnicas formais para tratar de um conhecimento científico.

Boaventura (2004, p. 55), entende pesquisa como “(...) a busca sistemática de solução de um problema ainda não resolvido ou resolvível”. De forma mais prática, quando se pesquisa algo, se quer chegar a algum resultado. Após levantada a problemática, é necessário encontrar uma resposta, mesmo que ela seja a de que não há resposta. Quando se pretende pesquisar sobre algo, é necessária a utilização de técnicas.

Esta pesquisa trabalhou com a subjetividade, visto que envolveu o ser humano e este é um ser único. A pesquisa qualitativa vem para dar cientificidade à subjetividade do sujeito.

A pesquisa qualitativa é explicada por Flick (2004, p.22), como sendo:

[...] os métodos qualitativos consideram a comunicação do pesquisador com o campo e seus membros como partes explícitas da produção de conhecimento, ao invés de excluí-la ao máximo como uma variável intermédia. As subjetividades do pesquisador e daqueles que estão sendo estudados são parte do processo de pesquisa.

Ainda utilizando Flick (2004, p. 28-29):

A pesquisa qualitativa é orientada para a análise de casos concretos em sua particularidade temporal e local, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais. Portanto, a pesquisa qualitativa está em condições de traçar caminhos para a psicologia e as ciências sociais concretizarem as tendências mencionadas por Toulmin, de transformá-la em programa de pesquisa e de manter a flexibilidade necessária em relação a seus objetivos e tarefas.

Utilizando a pesquisa qualitativa, pode-se chegar a dados menos empíricos sobre o que leva as pessoas, após terem dificuldades com a lei e serem privadas de liberdade, a buscar uma lei maior, que seria Deus, como um refúgio.

A pesquisa em psicanálise pode ser definida, de acordo com Polli (2005, p. 43), como se tratando de:

[...] um campo de experiência no qual os fundamentos epistêmicos – e, por derivação, metodológicos – são os mesmos que sustentam a prática de uma ética: a ética da psicanálise. [...] Neste ponto, portanto, “método de pesquisa em psicanálise” não se confunde com o uso de um determinado instrumento ou técnica de produção de conhecimento. Se, de modo geral, no campo de experiência constituído pela ciência positivista são os objetos passíveis de medida e verificação que definem a realidade e os critérios de verdade, a experiência psicanalítica se pauta pela inclusão primeira do desejo do pesquisador na constituição do enigma que seu trabalho busca desvelar. A esta inclusão do desejo denominados *transferência*, fundamento de todo trabalho de pesquisa em psicanálise e que permite situar a noção de realidade com a qual operamos.

A psicanálise irá trabalhar com o dito no não dito do sujeito do inconsciente. Não há como mensurar e nem observar de forma direta o inconsciente. Para essa abordagem, o fator mais importante não é se o fato é verdadeiro ou não, tanto fatos reais como fantasias do sujeito dizem respeito a ele, à forma com que ele se enxerga em relação àquilo que para ele é verdadeiro.

De acordo com a teoria de Freud (1912, p. 111) é descrita a transferência da seguinte forma:

Isso produz o que se poderia descrever como um clichê estereotípico (ou diversos deles), constantemente repetido - constantemente reimpresso - no decorrer da vida da pessoa, na medida em que as circunstâncias externas e a natureza dos objetos amorosos a ela acessíveis permitam, e que decerto não é inteiramente incapaz de mudar, frente a experiências recentes.

Tal concepção pode se fazer importante no momento de entrevista, assim como Cervo (2007, p. 52) afirma que: “O entrevistador deve obter e manter a confiança do entrevistado (...)”. Através dessa confiança obtida pela transferência

que o pesquisador poderá colher dados. Esta se dá ao nível da inconsciência, termo muito utilizado por Freud que Garcia-Roza (2004) descreve como fazendo parte do sistema psíquico do indivíduo que se contrapõe à consciência e ao pré-consciente, que apesar de terem um nível de inconsciência, não são o inconsciente. Fala ainda que o inconsciente não é um tipo de gradação da consciência, é um lugar psíquico diferenciado, identificado com o recalado ou “escondido” do nível da consciência.

Uma das formas utilizadas pela psicanálise para poder realizar esta escuta do que está no inconsciente, é a associação livre, ou livre associação, que Zimerman (2001, p. 38) define como sendo “[...] compromisso assumido pelo analisando de associar livremente as idéias que lhe surgissem espontaneamente na mente e verbalizá-las ao analista, independentemente de suas inibições para julgá-las importantes ou não.”

Sendo assim, o indivíduo fala livremente sobre o que lhe vier à cabeça.

A ética da psicanálise se baseia no acolhimento do discurso do outro e, por isso, não se faz julgamentos e a pessoa que está exercendo esse acolhimento deve permanecer no lugar “do nada”. Calligaris (2004, p. 12), faz menção quanto a isso dizendo que “o bem e o mal de uma vida não se decide a partir de princípios preestabelecidos; eles se decidem na complexidade da própria vida da qual se trata”, ou seja, independente do que é pré-estabelecido moralmente, a pessoa que está realizando o acolhimento não deve manifestar-se.

De acordo com Lacan (1992, p. 177):

Tudo o que sabemos sobre o inconsciente, desde o início a partir do sonho, nos indica que existem fenômenos psíquicos que se produzem, se desenvolvem, se constroem para serem ouvidos, portanto, justamente para este Outro que está ali, mesmo que não se o saiba. Mesmo que não se saiba que eles estão ali para serem ouvidos, eles estão ali para serem ouvidos, e para serem ouvidos por um Outro.

Portanto, através do discurso do indivíduo, pode-se analisar o sujeito do seu inconsciente, que precisa dizer e ser ouvido, visto que grande parte dos conteúdos de um indivíduo está no inconsciente.

Para isso, o tipo de pesquisa utilizado foi a pesquisa exploratória combinada com o estudo de caso, visto que a pesquisa exploratória, segundo Cervo (2007, p. 63-64) corresponde a “descrição precisa da situação e quer descobrir as relações existentes entre seus elementos componentes. Esse tipo de pesquisa requer um

planejamento bastante flexível para possibilitar a consideração dos mais diversos aspectos de um problema ou de uma situação”, assim, através desse tipo de pesquisa pode-se trabalhar com o sujeito de forma ampla, enquanto o estudo de caso pode ser o instrumento que mais trabalha com o sujeito do inconsciente. De acordo com Yin (2001, p. 19)

[...] os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real.

Dessa forma, a partir de uma problemática sobre um contexto real da vida, considerando que o sujeito é mutável e vive em constante metamorfose; ao se tratar de questões reais, o estudo de caso se encaixa pelo fato de tratar a particularidade, considerando que cada sujeito é único, não tem como encaixá-lo em um padrão específico.

Segundo Martinelli (1999, p. 45-46):

O estudo de caso volta-se à realidade objetiva, investigando e interpretando os fatos sociais que dão contorno e conteúdo a essa realidade. Na captação da expressividade humana, objetividade em atividades cotidianas, o estudo de caso propõe a exploração e o aprofundamento dos dados, para a transcendência da realidade investigativa, ao submetê-los a referências analíticas mais complexas. O estudo de caso é usado quando se deseja analisar situações concretas, nas suas particularidades. Seu uso é adequado para investigar tanto a vida de uma pessoa quanto a existência de uma entidade de ação coletiva, nos seus aspectos sociais e culturais.

Ainda de acordo com Martinelli (1999, p. 46):

O estudo de caso é, portanto, a articulação do caráter técnico, que investiga a realidade, com o caráter lógico, que devem estar apoiados em referências teóricas. Além disso, deve-se considerar o processo histórico que, norteando a explicação do objeto estudado, destaca a gênese e a modificação de conceitos e hipóteses.

E por fim afirma Martinelli (1999, p. 49):

[...] o estudo de caso é uma forma de investigar o real pela qual se coletam e se registram dados para a posterior interpretação, objetivando a reconstrução, em bases científicas, dos fenômenos observados. A cientificidade está colocada no conhecimento de teorias, nas técnicas de investigação e nos métodos de interpretação da realidade e na capacidade de estabelecer relações com outros campos de conhecimento humano. [...]

O estudo de caso é, portanto, uma investigação empírico-indutiva, na qual o caso é a unidade significativa de todo, a deter a possibilidade de explicação da realidade concreta.

Sendo assim, o estudo de caso possibilita um maior conhecimento do sujeito que está em questão, no caso, os detentos, para que assim se torne possível um conhecimento mais abrangente dos mesmos, podendo se chegar a questões individuais, subjetivas da vida do indivíduo.

A técnica utilizada foi de entrevistas, que segundo Cervo (2007, p. 51) “A entrevista não é uma simples conversa. É uma conversa orientada para um objetivo definido: recolher, por meio de interrogatório do informante, dados para a pesquisa”. A entrevista foi realizada para coleta de dados do estudo de caso, para a partir desta e poder levantar algumas questões para análise.

A entrevista utilizada será a entrevista em profundidade, que Delgado (1994, p. 230), descreve como:

[...] un constructo comunicativo y no un simples registro de discursos que “hablan al sujeto”. Los discursos no son así preexistentes de una manera absoluta a la operación de toma que sería la entrevista, sino que constituyen un marco social de la situación de la entrevista. El discurso aparece, pues, como respuesta a una interrogación difundida en una situación dual y conversacional, con su presencia y participación, cada uno de los interlocutores (entrevistador y entrevistado) co-construye en cada instante ese discurso.[...]

Seguindo a lógica psicanalítica - onde se trabalha com o discurso do sujeito do inconsciente que se manifesta de diversas maneiras, entre elas, a associação livre de idéias - o estudo não teria como ser diferente. Porém, por tratar-se de um estudo e não de um trabalho clínico, a entrevista em profundidade é a melhor escolha, visto que o sujeito estará em livre associação, mas para se chegar ao objetivo, o entrevistador levantará alguns pontos necessários a serem discutidos.

Após seleção dos sujeitos de pesquisa e realização da coleta de dados, foi realizada a análise do discurso dos mesmos.

Orlandi (2003, p. 82), ressalta a importância da análise do discurso pelo fato de “Na análise do discurso, há noções que encampam o não-dizer: a noção de interdiscurso, a de ideologia, a de formação discursiva. Consideramos que há sempre no dizer um não-dizer necessário”. O dito no não dito que está presente nesta técnica.

Além disso, a teórica (ibid, p. 91) postula que:

Não atravessamos o texto para extrair, atrás dele, um conteúdo. Paramos em sua materialidade discursiva para compreender como os sentidos – e os sujeitos - nele se constituem e a seus interlocutores, como efeitos de sentidos filiados a redes de significação.

De acordo com os autores acima, a análise do discurso se dá também pelo significado do não dito. Trabalha com o dito pelo não dito e, dessa maneira até mesmo o silêncio é uma forma de se comunicar. A psicanálise trabalha com as manifestações inconscientes que se dão por diversas formas. Através do discurso do sujeito, é possível identificar a forma com que seu inconsciente está se comunicando e, através da forma com que ele se coloca no discurso, podem-se identificar manifestações como atos falhos, que de acordo com o Dicionário Enciclopédico de Psicanálise (1996, p. 55), pode ser definido como:

Trata-se de fato de um ato em que o corpo está em jogo (falsa leitura, falsa audição, incapacidade de encontrar um objeto, perdas) num dado instante ou de um ato de fala ou de escrita substituído por outro; assim, substituído, desviados ou invertidos, omitidos, esses atos têm duplamente uma função de linguagem: assinalam em primeiro lugar o desejo inconsciente; ao mesmo tempo, atestam um inconsciente estruturado como uma linguagem [...] e pode portanto ser decifrado como uma mensagem.

Outra manifestação que traz dados válidos é em relação às repetições, que Zimerman (2001, p. 76) define como sendo “De forma análoga, é possível perceber que as crianças repetem compulsivamente jogos, brincadeiras e relatos de estórias, como tentativa de elaborar ativamente o que sofreram passivamente [...]”.

Sendo assim, os atos falhos são confusões em que nosso consciente se manifesta, formas que ele encontra de passar a nível consciente. As repetições ocorrem quando não se elabora algo, quando se permanece da mesma forma. Outro ponto relevante visto por essa abordagem são os esquecimentos, também forma do inconsciente estar sinalizando algo.

Através destes dados e da técnica utilizada, pretendeu-se compreender a motivação da busca pela religião dentro do processo de encarceramento.

1 CONCEITOS BÁSICOS DA PSICANÁLISE

1.1 INCONSCIENTE

A base do conceito da psicanálise se dá através do conhecimento sobre uma área comum a todos e que, mesmo assim, trata-se de uma área desconhecida: o inconsciente. Através dessa formulação, descobriu-se que há algo que move as pessoas além do que elas podem apreender.

“O inconsciente é entendido sempre como sendo uma área de nossa mente que é um tanto misteriosa em suas manifestações, que não pode ser bem compreendida e que, de certa forma, desculpa nossos procedimentos menos aceitáveis diante de nós mesmos e diante dos outros” (MORAES, 1998, p.23).

Várias situações da vida, em primeira instância, passam como esquecidas ou apagadas. Mas na verdade, todas as recordações estão armazenadas em nossa psique em um sistema inconsciente que se contrapõe ao sistema psíquico consciente. Caso contrário, algumas informações “desnecessárias” estariam presentes no nosso dia-a-dia de forma que todas as lembranças de uma vida passariam ao mesmo tempo em nossa mente.

O inconsciente surge justamente para que algumas informações fiquem armazenadas em um nível diferenciado e, com isso, sejam acessadas em um momento oportuno, passando assim para o nível da pré-consciência e consciência. Porém, esses conteúdos nem sempre são acessados como na consciência.

O inconsciente é atemporal, ou seja, são todas as informações armazenadas juntas, independente do tempo em que tenham acontecido. Algumas informações são entendidas como sendo muito fortes para a consciência e dessa forma, o inconsciente barra a passagem dessas informações, conforme se observa em algumas constatações freudianas: “[...] a essência da repressão consiste simplesmente em afastar determinada coisa do consciente, mantendo-a a distância” (FREUD, 1915, p.152). Posteriormente, em outro momento do trabalho, ampliaremos

o entendimento do conceito de repressão, pois por hora, basta compreender o funcionamento do inconsciente e seus mecanismos de funcionamento.

Existem três estâncias psíquicas de extrema importância para a psicanálise: Id ou isso, Ego ou eu, e Superego ou supereu.

Em psicanálise, o inconsciente é um lugar desconhecido pela consciência: uma “outra cena”. Na primeira tópica elaborada por Sigmund Freud, trata-se de uma instância ou um sistema (Ics) constituído por conteúdos recalçados que escapam às outras instâncias, o pré-consciente e o consciente (Pcs-Cs). Na segunda tópica, deixa de ser uma instância, passando a servir para qualificar o isso e, em grande parte, o eu e o supereu (ROUDINESCO, 1998, p.375).

Tais estâncias podem ser descritas da seguinte maneira. “O id opera de acordo com as exigências do **princípio do prazer**, isto é, esforça-se unicamente para satisfazer seus desejos e por conseguinte, reduzir a tensão interna” (FRIEDMAN, 2004, p.70), como um bebê, que no início de sua vida opera pelo id. Quando está com fome, chora para que alguém vá saciá-la, agindo apenas pelo princípio do prazer. Dessa forma, ele não espera o melhor momento para chorar, independente do local em que esteja, ele chorará até que alguém atenda seu desejo.

O ego trabalha de forma que possa atender tanto ao id quanto ao superego. “O ego opera de acordo com o **princípio de realidade**; ou seja, é necessário solucionar problemas reais [...]. É necessário planejar e agir, respondendo à coação do mundo real” (FRIEDMAN, 2004, p.70). Sendo assim, faz-se necessária uma visão global sobre o que está sendo demandado pelo id e as possibilidades de acordo com a realidade. Agora não será agindo apenas pelo prazer, mas será vista a probabilidade dentro de determinado contexto. Como no exemplo do bebê, nessa estância o mesmo não chora apenas e espera que o outro realize sua vontade. Percebendo a necessidade de alimentar-se, ele vai até a mãe e mostra o que ele quer.

No superego ocorrem as maiores repressões do id, visto que pertencem a essa estância as internalizações de normas e regras:

Enquanto o eu é essencialmente o representante do mundo externo, da realidade, o supereu coloca-se diante dele como mandatário do mundo interno, do isso. Os conflitos entre o eu e o ideal refletirão, em última análise, como agora estamos mais dispostos a admitir, a oposição entre o real e o psíquico, o mundo externo e o mundo interno. Entretanto, na

medida em que o superego ainda é sinônimo de ideal do eu, suas funções permanecem ambíguas. Ora estão ligadas ao ideal e à proibição, ora noutros momentos, à função repressora (ROUDINESCO, 1998, p. 744).

Assim, o superego entra com as normas, regras e leis sociais que impedem que todas as vontades impostas pelo Id sejam satisfeitas. Funciona como um repressor do princípio do prazer. Voltando ao exemplo da criança, quando a mesma vai ao mercado e vê na prateleira algo que lhe agrada, ela inicialmente tentará agir pelo princípio do prazer, ou seja, chora para a mãe pedindo o que é de sua vontade, assim como fazia quando estava com fome. Nesse momento a mãe lhe fala que não pode dar aquilo por algum motivo, sendo assim, uma regra foi passada para a criança. Com isso, o princípio de realidade foi ativado e a mesma compreendeu que não poderia ter o que queria. Da próxima vez que for ao mercado, a criança já terá internalizado a regra que a mãe lhe ensinara anteriormente e não chorará querendo tudo o que vê pela frente.

No caso do grupo objeto de estudo, houve uma internalização falha dessas leis, ou ainda, um mau funcionamento do ego, onde o princípio da realidade se manifestou por si, infringindo a lei e quebrando os padrões sociais. Essa falha do ego levou a atos reprovados socialmente, ocasionando assim a necessidade do cumprimento de pena.

Dessa forma, o funcionamento dinâmico do inconsciente faz com que alguns dados sejam internalizados sem precisar ser repassados todas as vezes. Porém, alguns conteúdos nunca chegaram à consciência:

[...] uma parte dos conteúdos e atividades mentais representativas dos instintos jamais fora consciente. Havia-lhe sido negado acesso à consciência [...] através de uma censura rigorosa imposta ao lcs. pelo Pcs. (repressão original, primeira). Outros conteúdos acabavam por chegar à consciência, mas eram então reprimidos (repressão propriamente dita). A repressão era mantida através de uma energia especial, um *antiinvestimento* (MOORE, 1992. p. 101).

Alguns dados entendidos como muito fortes para a consciência são recalcados, permanecem no campo do inconsciente, porém, alguns conteúdos conseguem escapar da repressão do inconsciente e passam para o consciente com uma linguagem diferenciada. Essas “escapadas”, assim que percebidas pela consciência, são reprimidas imediatamente e voltam para o inconsciente. Ocorre no dia-a-dia, passando-se como confusão na maioria das vezes.

Conforme se verifica em Nasio (1999, p.38-39):

[...] os produtos do inconsciente, uma vez chegados à consciência, podem sofrer uma nova contra-ofensiva do recalçamento, que os manda de volta para o inconsciente (o chamado recalçamento secundário ou recalçamento a posteriori). Vê-se aqui a flexibilidade da intervenção da barra do recalçamento, capaz de não apenas de impedir compactamente a passagem global dos elementos provenientes do inconsciente, como também capaz de interpelar, um a um, elementos fugitivos isolados que já forçaram a barragem.

Essa linguagem do inconsciente se dá de diversas formas. Uma delas é através dos sonhos, onde a pessoa encontra-se inconsciente, possibilitando assim acessar de forma involuntária a todos os conteúdos que ali se encontram armazenados:

Sendo o recalçamento originário o movimento constitutivo de dois campos a partir dos quais se tornaram possíveis as formações do inconsciente, e sendo a função do sonho a realização alucinatória de desejos, precisamente possível pela inibição da motricidade, de que maneira o aparelho psíquico incipiente opera para que ambos, realização alucinatória e passagem à motricidade, não sejam contrapostos, senão complementares (BLEICHMAR, 1993, p.142).

Sendo assim, não há repressões em relação aos desejos manifestados nos sonhos. Alguns sonhos, em função da atemporalidade do inconsciente, parecem ter um caráter alucinatório. Porém, é a forma encontrada pelo inconsciente de expor seus desejos.

Outra forma de manifestação ocorre através dos atos falhos, entendido mais comumente como confusão. Acontece por intermédio da troca de nomes, troca de palavras entre outras trocas que, a priori, parecem uma simples confusão de palavras, mas que fazem parte das tentativas do inconsciente de se comunicar. Dessa maneira: Freud (1924) considera as explicações lingüísticas sobre esses lapsos inadequadas e atribui esse erro à pulsões inconscientes. Acerca disso, Friedman (2004, p.71) expõe que: “Esse não é simplesmente um problema de fala, uma motivação bem mais profunda está sendo revelada”. Através dessas trocas, pode-se observar a linguagem que o inconsciente encontra para se fazer presente à consciência, utilizando uma forma simbólica.

Algumas dessas formas de manifestação do sujeito do inconsciente, foram vistas de forma sutil no estudo de caso realizado. Ocorreu uma leitura tanto a nível

consciente quanto a nível inconsciente.

Outros conteúdos jamais conseguem chegar a nível consciente. Trata-se das pulsões que, segundo a teoria psicanalítica:

[...] a pulsão tem sua fonte no corpo; mais precisamente ainda: “A fonte da pulsão é um processo excitador interno a um órgão, e sua meta imediata consiste em cancelar esse estímulo do órgão,” Os órgãos do corpo são, portanto, a fonte exclusiva das pulsões (GARCIA-ROZA, 2000, p.82).

Com isso, as pulsões são o limite entre o psíquico e o somático. Correspondem aos estímulos do corpo que possuem respostas psíquicas. Tais pulsões permanecem sempre a nível do inconsciente, sendo uma “mola” que é impulsionada para se buscar a satisfação. Essa força permanece em constância, sendo assim, é impossível alcançar a satisfação total de algo, e sim apenas uma satisfação parcial.

A pulsão é dinâmica, está sempre se movimentando “[...] a pulsão nunca se dá como tal, nem a nível consciente nem a nível inconsciente: ela só se dá pelos seus representantes: O *representante ideativo* [...] e o afeto [...]” A forma de se compreender a pulsão é através de seus representantes, nunca por si só. O representante ideativo corresponde a conteúdos pertencentes ao inconsciente. Já o afeto, diz respeito a “expressão qualitativa da quantidade de energia pulsional” (GARCIA-ROZA, 2004, p. 116-117). São representantes distintos, mas que podem atuar juntos. As pulsões não podem ser recalcadas, e sim os seus representantes:

Se agora definirmos o inconsciente do ponto de vista dinâmico, isto é, do ponto de vista da luta entre a moção que impulsiona e o recalçamento que resiste, a fonte de excitação receberá o nome de *representantes recalçados*, e as produções finais corresponderão a escapadas dissimuladas do inconsciente subtraídas à ação do recalçamento. Esses derivados mascarados do recalçado chamam-se *retornos do recalçado*, *produtos do recalçado*, ou ainda, *produtos do inconsciente* (NASIO, 1999, p. 35).

O recalçamento surge como mecanismo que irá impossibilitar as ações dos representantes pulsionais, podendo assim, transformar-se em normal ou patológico. Dessa maneira, de acordo com Gyrot (1997, p.62) “O destino de uma representação varia conforme a capacidade da mente para suportar a intensidade afetiva”. Consequentemente, com o recalque, alguns conteúdos tornam-se de difícil acesso à consciência, convertendo-se assim em um obstáculo.

Freud, em seu artigo sobre repressão, faz distinção entre repressão primeva e

a repressão propriamente dita:

Temos motivos suficientes para supor que existe uma *repressão primeva*, uma primeira fase de repressão, que consiste em negar entrada no consciente ao representante psíquico (ideacional) do instinto. Com isso, estabelece-se uma *fixação*; a partir de então, o representante em questão continua inalterado, e o instinto permanece ligado a ele. Isso se deve às propriedades dos processos inconscientes [...] (FREUD, 1915, p. 153).

A repressão primeva refere-se à primeira repressão dos representantes. A partir dessa primeira repressão, dar-se-á continuidade à repressão propriamente dita.

A segunda fase da repressão, a *repressão propriamente dita*, afeta os derivados mentais de representante reprimido, ou sucessões de pensamento que, originando-se em outra parte, tenham entrado em ligação associativa com ele. Por causa dessa associação, essas idéias sofrem o mesmo destino daquilo que foi primeiramente reprimido (FREUD, 1915, p. 153).

Dessa forma, a partir de uma repressão primeva, os conteúdos serão avaliados se passarão à consciência ou se permanecerão no inconsciente.

Esta repressão primeva está relacionada ao conceito de castração, onde logo na infância a criança receberá as primeiras repressões pelos seus pais e depois em outros ambientes.

1.2 A CULPA ORIGINAL E O COMPLEXO DE ÉDIPO

Freud (1913-1914), em um de seus artigos, escreve sobre o horror ao incesto. Algumas tribos australianas conservam o perfil de “clãs”, onde habitam em pequenas comunidades criadas por laços consanguíneos. Essas tribos são formadas de forma que todos os integrantes sejam reconhecidos com algum grau de parentesco, mesmo os que não o possuem, dessa forma eles não podem ter relações entre eles, já que é uma lei estabelecida entre os mesmos. As pessoas só podem ter relações sexuais se cada um pertencer a uma tribo, por exemplo, a mulher pertence a tribo x e o homem a tribo y, ambos não podem se relacionar com ninguém da mesma tribo, sendo isto um ato inaceitável. Quando a mulher da tribo x se casa com um

integrante da tribo y, essa passa a fazer parte da tribo y, assumindo papel de irmã dos integrantes e mãe das crianças da tribo. Assim, forma-se um laço “consanguíneo” onde se torna impossível ter algum relacionamento amoroso.

Essas tribos possuem um caráter marcadamente religioso, o totemismo. Acredita-se que o totem é um antepassado, uma espécie de oráculo que possui o espírito guardião, da mesma forma que é a proteção ao clã; representa também ameaça para pessoas, animais e outros que possam ameaçar a harmonia dos mesmos. Para que isso ocorra, “[...] os integrantes do clã estão na obrigação sagrada (sujeita a sanções automáticas) de não matar nem destruir seu totem e evitar comer sua carne (ou tirar proveito dele de outras maneiras)” (FREUD, 1913-1914, p.22). Ou seja, os totems são marcados pela proibição, pela lei contra as relações sexuais das pessoas do mesmo totem, caracterizando todas as mulheres do clã como irmãs ou mãe, havendo assim a impossibilidade de se relacionar com qualquer mulher da tribo.

Freud (1913-1914) fala ainda sobre o surgimento do totem, conseqüente dessa impossibilidade de se relacionar com pessoas do mesmo totem. O único que poderia ter relação sexual seria o pai, visto que os outros são tidos como irmãos. Dessa forma, os homens dessa tribo se revoltaram contra esse apoderamento do pai, e uniram-se para matá-lo com o intuito de ficarem com as mulheres da tribo. Porém, após esse assassinato, os mesmos foram tomados por um sentimento de culpa que impossibilitava que eles conseguissem realmente ter relação sexual com as mulheres. Como forma de mostrar arrependimento, assim como de ter alguma “lei” a seguir (já que a lei anterior era regida pelo pai), os mesmos criaram um totem representando esse pai, essa lei, que foi passada para as gerações futuras. Sendo assim, foi configurado na tribo um pai-simbólico:

O pai é justo esse meio-deus na medida em que é tanto representante do Pai simbólico, capaz de presidir à mais elevada das modificações, pois que sustenta a substituição das modificações, pois que sustenta a substituição da coisa pela palavra, e ocupante do lugar de pai real, quer dizer, também capaz de sustentar a praticabilidade da incompetência em assumir essa posição, de estar sempre em falta em relação a ela (LEBRUN, 2004, p. 47).

Lebrun (2004, p. 46) expõe acerca do Nome-do-Pai, ou pai simbólico, como sendo uma força que aparece para contrapor o papel da mãe. Mesmo que não haja um pai real, o pai simbólico pode exercer esse papel. Como no totemismo, onde foi

instalada a lei através de um pai simbólico representado, no caso, pelo totem. Mas seu caráter foi o mesmo de um pai real, visto que continuou impossibilitando o incesto na tribo.

Esse exemplo de Freud é uma forma clara de visualizarmos o complexo de Édipo, correspondente ao desejo do menino de ter relação sexual com a mãe:

[...] este é o reconhecido como exercendo um papel fundamental na estruturação da personalidade de um sujeito, na medida em que nele se identificam operando os sentimentos amorosos e hostis da criança em relação aos pais assim como o processo que conduzirá ao desaparecimento deles em proveito da instalação das identificações. [...] o papel de separar a criança da mãe é desenvolvido ao pai e, por isso, pode se instalar a seu respeito um fervor nostálgico ao pai [...] (LEBRUN, 2004, p.27).

Em um primeiro instante, a criança acredita ser um só com a mãe, não sabendo diferenciar-se da mesma. Surge então um caráter egoísta nessa relação, no qual a criança deseja a mãe inteiramente para ela, e no qual esse pai aparece desejando a mãe e tirando-a em certos momentos da presença do filho, marcando o papel de marido e mulher. “Assim, se nodulam dois desejos: o incesto e o assassinato do pai” (JULIEN, 2002, p. 62). Dessa forma, a criança sente que o pai está invadindo seu espaço com a mãe, tentando roubá-la dele. O desejo de matar o pai surge como forma de afastá-lo totalmente da mãe para que ela possa ser inteiramente da criança. Surge assim uma espécie de competição pela atenção da mãe no qual, de ambos os lados, ela deve estar presente.

Em um segundo momento, “[...] nasce a angústia da castração. A criança se representa o pai como dominador, como rival ciumento, que, *por retorsão* contra a agressividade da criança, ameaça esta” (JULIEN, 2002, p.62). Assim, a criança percebe ser possível a mãe amá-la e amar ao pai ao mesmo tempo, porém não consegue aceitar ainda que a mãe não pertença inteiramente a ela como anteriormente. Castração não no sentido de mutilação do corpo, mas pelas experiências psíquicas complexas vivenciadas pelo indivíduo nos primeiros cinco anos de vida. Até esse momento, a criança não tinha conhecimento entre as diferenças entre sexos, sendo assim, todos possuem os mesmos órgãos.

O aspecto essencial dessa experiência consiste no fato de que, pela primeira vez, a criança reconhece, ao preço da angústia, a diferença anatômica entre os sexos (NASIO, 1997, p. 13).

A castração ocorre no menino pelo medo de perder o pênis ao perceber que nem todos possuem um. Esse fato transforma o medo em uma ameaça real quando o menino se dá conta de que a mãe também foi castrada, ou seja, não possui pênis, criando nele uma angústia, a angústia da castração que é sentida inconscientemente. Essa castração se dá de forma verbal pelos pais, ao passo que a criança é ameaçada de perder seu órgão caso continue com práticas auto-eróticas, obrigando-a dessa forma a renunciar suas fantasias incestuosas. Com o término do complexo de Édipo, a criança se vê obrigada a aceitar as leis e proibições impostas pelos pais como forma de salvar seu pênis. Logo, é necessário que faça uma renúncia do amor pela mãe e uma introjeção da lei paterna.

O autor discorre ainda sobre a castração na menina, que se dá de forma semelhante. Assim como os meninos, elas, em um primeiro momento, também acreditam que todos possuem um pênis, este representado pelo clitóris. Ao se dar conta de que o clitóris é pequeno demais para ser um pênis, em sua fantasia, crê que foi castrada, ou seja, que lhe tiraram o pênis. Ao perceber que a mãe também não possui um pênis, então, para ela, a mãe também foi castrada, gerando assim um sentimento de ódio da mesma por não tê-la proporcionado um pênis. É a partir desse ressentimento e desprezo pela mãe que a menina passa a se aproximar do pai, escolhendo-o assim como seu objeto de amor, iniciando o complexo de Édipo feminino.

Em ambos os casos, ao se perceber que a mãe não possui o pênis, “o apego edipiano à mãe e a angústia de castração pelo pai declinam e desaparecem” (JULIEN, 2002, p. 62). Nesse terceiro momento, a criança transfere o objeto de desejo da mãe para ela mesma, entrando assim para a condição narcísica¹, ou seja, desejando a si mesma. Nesse momento, o amor passa a ser deslocado para o pai,

¹ “Termo empregado pela primeira vez em 1887, pelo psicólogo francês Alfred Binet (1857-1911), para descrever uma forma de fetichismo que consiste em se tomar a própria pessoa como objeto sexual. O termo foi depois utilizado por Havelock Ellis, em 1898, para designar um comportamento perverso relacionado com o mito de Narciso. Em 1899, em seu comentário sobre o artigo de Ellis, o criminologista Paul Näcke (1851-1913), introduziu o termo em alemão. Na tradição grega, o termo narcisismo designa o amor de um indivíduo por si mesmo.” (Roudinesco, 1998, p. 530). “O tomar a si mesmo como objeto de amor, na tradição do mito de Narciso, pressupõe implicitamente a seguinte condição: possuir uma representação suficiente do objeto, a fim de atribuí-lo a si mesmo ou tomar o lugar dele. Ora, o estado de debilidade do eu entrevisto na origem da organização psíquica não sugere um reconhecimento do objeto *a priori*. Não obstante, Freud formula o problema da passagem do auto-erotismo para o narcisismo, sabendo que não podemos atribuir ao eu, entregue unicamente a pulsões auto-eróticas, qualquer unidade; e pareceu ao autor que “... alguma coisa, uma nova ação psíquica (*eine neue psychische Aktion*) deve então vir se juntar ao auto-erotismo para dar forma ao narcisismo” (“Sobre o narcisismo: uma introdução”).” (Dicionário enciclopédico de psicanálise, 1996, p.350).

que é quem possui o falo¹ o poder. O pai aparece como sendo objeto de identificação para a criança, alguém a quem ela deseja ser igual, uma figura ideal a se seguir, como tentativa de assim conseguir o amor da mãe novamente apenas para ela:

E esse amor é pedido dirigido ao pai; ele é espera:

- no menino, de *receber* um dia, por *identificação*, as insígnias da virilidade segundo o Ideal do eu masculino. Ele tem um título de homem no bolso;
- na menina, de *receber* de um homem que toma o lugar do pai o falo que ela não tem, segundo a equivalência simbólica: pênis/ criança. (JULIEN, 2002, p. 63).

Dessa forma, a criança permanece desejando o pai pelo fato de mesmo possuir o falo que ela não pode ter. Para a criança, o fato do pai possuir o falo é que o faz ter a mãe, ao passo que a mesma não pode tê-la.

Em ambos os casos, faz-se necessária a inserção de um terceiro integrante na relação entre mãe e filho. Visto que a priori, a relação entre eles é primordial para alimentação e desenvolvimento da criança. Em um primeiro momento, a criança se vê no centro das atenções da mãe, como sendo objeto de desejo da mãe. Freud em *Sobre o Narcisismo: uma Introdução* (1914), fala sobre essa relação dos pais com a criança, onde é passado, inicialmente, uma referência de amor objetual para com a criança. Nesse sentido, ao sair do complexo de Édipo, a criança se dá conta de que não é possível que a mesma seja o centro das atenções, tendo assim que dividir a atenção dos pais com outros fatores. Através da identificação com o pai, a criança modifica seu objeto de desejo para outros que não seja ela própria.

Lacan, apud Julien (2002, p. 65) coloca sobre essa relação amorosa entre mãe, pai e filho como sendo:

A mãe *funda* o pai como mediador de algo que está para além de sua lei e de seu capricho e que é pura e simplesmente a *lei como tal*, o pai, portanto, enquanto Nome-do-Pai.

A inserção da função paterna na relação inicial se dá primordialmente pela mãe através da importância dada a fala do pai, reconhecendo a autoridade do

¹ “Diversas palavras são empregadas para designar o órgão masculino. Se a palavra pênis fica reservada ao membro real, a palavra falo, derivada do latim, designa esse órgão mais no sentido simbólico, ao passo que denominamos de itifálico (do grego *ithus*, reto) o culto do falo como símbolo do órgão masculino em ereção.” (Dicionário enciclopédico de psicanálise, 1996, p.221).

mesmo para a criança, ao passo que a mesma é quem possui o amor da criança a priori.

[...] o pai real como agente de uma castração simbólica que permite a saída do complexo dito de Édipo. Ao pai que proíbe o desejo sucede aquele que unifica o desejo e a lei (JULIEN, 2002, p. 69).

O pai aparece em forma de lei contra o incesto desejado pela criança, possuindo assim o caráter privador, por deixar o filho na falta com relação ao desejo pela mãe. Por mais que posteriormente esse pai se mostre mais flexível e não tão cruel quanto na visão da criança durante a estada no complexo de Édipo, a mesma permanece com a lei vinda dele intrinsecamente.

Para a criança não-psicótica, a falta do falo materno encontra-se nela. “A mãe *não tem* o falo, logo eu o *sou...* para ela!” (JULIEN, 2002, p. 107). Dessa forma se estrutura a perversão, ao passo que não se estabelece de forma rígida a lei durante o complexo de Édipo. Assim, com o passar dos anos, a criança vai transferir esse aprendizado para suas próximas relações interpessoais. Quando a mãe não possuía o falo, a criança passou a ser; quando o adulto não possui um objeto (por exemplo), o mesmo dará um jeito para alcançá-lo da mesma forma com que alcançou a mãe. Ele tem noção de que é interditado e, mesmo assim, procura formas para chegar ao seu desejo, mesmo que para isso tenha que passar por cima de normas e regras, e não se sente culpado quando alcança seu objetivo ao preço que for.

Na neurose, Julien (2002, p. 138) discursa ainda:

[...] à destruição do complexo de Édipo se acrescenta a degradação regressiva da libido; o Supereu torna-se especialmente severo e duro, ao passo que o Eu desenvolve, a forma de escrúpulo, de piedade, de limpeza”

Dessa forma, a criança se desenvolve dentro do entendimento de certo e errado, conseguindo distinguir além de realizar o seu desejo dentro de suas possibilidades. Ela internaliza a lei de forma que, ao transgredi-la, sente-se culpada e procura formas de penitências.

1.3 A OBSESSIVA BUSCA PELO PREENCHIMENTO DO VAZIO

Nasio (1997, p. 101) explica sobre a identificação: “Enquanto Freud propõe o nome de identificação para qualificar a relação de intricação entre duas instâncias inconscientes – o eu e o objeto”. Assim, a criança modifica seu objeto através da identificação com outro objeto.

Guimarães (1999, p. 40) postula ainda que:

[...] a identificação como desejo de ser e como desejo de ter, que, no auge da relação edípica, se traduzem pela ambivalência amor-ódio em relação ao pai, e, por fim, a renúncia aos desejos amorosos e hostis no naufrágio do complexo de Édipo, em que se combinam quatro tendências integrantes que dão origem a uma identificação com o pai e a uma identificação com a mãe [...] e para salvar o próprio narcisismo diante da ameaça de castração que o eu do menino “se retira” do complexo de Édipo e, deste modo, a carga objetal é “abandonada” e “substituída” pela identificação. O que importa sublinhar é o processo regressivo, relativo à identificação, presente em todas as situações de perda ou de renúncia ao objeto.

Dessa forma, o menino se vê obrigado a aceitar a condição de castração imposta pelo pai, mas como forma de salvar o próprio narcisismo, procura outro objeto com que possa se identificar.

Ribeiro (2006, p.24-25) discorre sobre três formas de identificação, sendo elas:

A primeira é a que mais se aproxima do senso comum e é o que chamamos de identificação *imaginária*. Nela, o sujeito se confunde com um outro. Freud a exemplifica através da relação das massas com seus líderes. É essa a identificação que ocorre também entre os membros de um grupo. A identificação imaginária se estabelece a partir do eixo especulador e, portanto, se baseia tanto no amor como na agressividade. Um grupo pode se unir pelo amor a um líder, mas frequentemente precisa de um “estranho no ninho”, alguém que não faz parte do grupo, para ser o alvo da agressividade grupal. Essa é a raiz do preconceito e da discriminação.

Seguindo essa visão, pode-se entender de forma simples, que pessoas com algo em comum se aproximam por terem afinidades. Em grupos de adolescentes, essa identificação é algo muito visível, seja por música, por estilos de vestimentas, sentimentos, ou qualquer que seja o motivo.

Freud chama o segundo tipo de identificação *regressiva*. É a modalidade mais primária de identificação: aquela que se dá a um traço tomado do pai.

É a identificação na qual se funda a neurose (histeria e obsessão), e podemos designá-la como identificação *simbólica*, pois o traço que se toma do pai é um traço simbólico (Cf. p.15-8). Temos assim que o pai é a referência primordial na estrutura neurótica (ibid, p. 24).

Essa forma regressiva é, na maioria das vezes, inconsciente, na qual os relacionamentos se dão através da busca de determinadas características no outro, como por exemplo, uma pessoa que passa sua infância sendo tratada com críticas negativas, quando for se relacionar com outras pessoas, procurará indivíduos que possuam esse traço, conforme observa-se nas palavras de Ribeiro (2006, p. 24-25):

A terceira modalidade de identificação é a *histórica*, ou identificação pela via do desejo. Freud a ilustra a partir de uma historieta encantadora: no pátio de um colégio de freiras, uma mocinha recebe uma carta do namorado, terminando o relacionamento deles. Tem uma crise nervosa e em breve o pátio está coalhado de mocinhas tendo crises nervosas. Qual a raiz dessa identificação? A falta que dá origem ao desejo. Afinal a heroína desta pequena história tinha perdido o namorado, mas em sua crise nervosa exibia seu desejo por ele, e nas crises de suas colegas, o que se mostrava era o desejo de um namorado.

A identificação ocorre também através do papel paterno. Isto se torna evidente nas postulações de Risè (2007, p.12):

[...] o pai transmite o ensinamento da ferida, porque a sua primeira função psicológica e simbólica é organizar, dar um objetivo, à matéria na qual o filho ficou imerso durante a relação primária com a mãe, e que por si só tenderia simplesmente à continuação da existência. Por isso, o pai inflige a primeira ferida, afetiva e psicológica, interrompendo a simbiose com a mãe.

O pai aparece, dessa forma, como uma lei. É ele quem vai mostrar para a criança que a relação dela não pode ser unicamente com a mãe e que, apesar da mãe precisar ter um cuidado com a criança, também há um pai que deve participar desse meio, impossibilitando que a criança tenha a mãe exclusivamente para ela. Com isso, o pai é quem conduzirá a percepção da criança em relação às perdas, pois é quem transmitirá a capacidade de suportar as feridas futuras e a captação de seu significado. Sendo assim, a criança precisa sair psicologicamente do local protetor proposto pela mãe e entrar no mundo do pai, das leis:

O obsessivo crê no pai, crê no traço identificatório tomado do pai, e portanto crê nas palavras, crê no pensamento, e é a partir dessa crença que combate o desejo. O desejo é contra a lei, incestuoso – o desejo proibido pela mãe inclui o desejo da morte no pai. O obsessivo, submisso, se identifica ao traço tomado do pai. (identificação simbólica), mas também se

identifica imaginariamente ao pai, cujo lugar quer ocupar. E é a partir daí que a culpa cobra seu preço (RIBEIRO, 2006, p. 26).

É possível ver a importância do papel paterno da seguinte forma:

“Se não é mais necessário obedecer ao pai, porque então fazer o que o guarda sinaliza, prestar atenção ao bilheteiro ou a quem quer que peça que se respeite uma regra?” (RISÉ, 2007, p. 78).

Pode-se dizer que tal pensamento ocorre quando não houve a internalização do pai. Quando não houve um ensinamento sobre como lidar com as perdas, as feridas. O indivíduo enxerga essas perdas como sendo inaceitáveis, não conseguindo assim internalizar normas e leis sociais.

Na neurose obsessiva, em muitos casos, não é possível que haja um pai real em casa, porém, a inserção do pai simbólico pode ser feita pela mãe ao passo que a mesma trás memórias sobre o pai e insere a lei junto a essas memórias. Porém, essa inserção não é como se fosse real, pois ainda ela é falha:

[...]descreveu a formação do sintoma na neurose obsessiva: as idéias obsessivas seriam produtos de um compromisso. O encontro do sujeito com o sexo é sempre traumático, e na neurose obsessiva é acompanhado por um excesso de gozo que acarreta culpa e auto-recriminação. O recalque incide sobre a representação do trauma e o afeto é deslocado para uma idéia substitutiva. Desse modo o sujeito obsessivo é atormentado pela auto-recriminação sobre fatos aparentemente fúteis e irrelevantes (RIBEIRO, 2006, p. 16).

A culpa nessa estrutura é um processo marcante. Para Freud (1907, p. 114), o sentimento de culpa é consequência de compulsões e proibições que o indivíduo tenha passado, sendo assim um sentimento inconsciente:

Além disso, acarreta em furtivo sentimento de ansiedade expectante, uma expectativa de infortúnio ligada, através da idéia de punição, à percepção interna da tentação. Quando o cerimonial é formado, o paciente ainda tem consciência de que deve fazer isso ou aquilo para evitar algum mal, e em geral a natureza desse mal que é esperado ainda é conhecida de sua consciência.

O desejo se dá de forma inconsciente, muito presente na neurose obsessiva, por uma ambivalência de sentimentos. Ao mesmo tempo em que ela deseja ter algo, seu desejo é defrontado por normas e leis internalizadas através de proibições externas:

Ele deseja constantemente realizar esse ato (o tocar) [e o considera seu gozo supremo, mas não deve realizá-lo] e também o detesta. O conflito entre essas duas tendências não pode ser prontamente solucionado porque – não há outra forma de expressá-lo - elas estão localizadas na mente do sujeito de tal maneira que não podem vir à tona uma contra a outra. A proibição é ruidosamente consciente, enquanto o desejo persistente de tocar é inconsciente e o sujeito nada sabe a respeito dele (FREUD, 1913-1914, p. 47).

Assim, esse conflito ocorre permanentemente, modificando apenas o objeto transferencial. “Na neurose obsessiva a estratégia é a de tentar *anular* o desejo” (RIBEIRO, 2006, p. 25). Dessa forma, o neurótico obsessivo tenta de todas as formas provocar um “curto-circuito no desejo”. Ribeiro (2006) ainda fala sobre as formas com que o obsessivo divide sua estratégia de “sabotar” o desejo. Uma delas trata de calar o desejo do outro, de forma que este precise do obsessivo para concluir seus desejos e, com isso, o obsessivo faz o melhor de si para atender ao desejo do outro, como forma de não entrar em contato com seu próprio desejo; ou então, ele pode agir contrariando o pedido do outro, tendo a ilusão de que está anulando, dessa forma, o real desejo do outro, ao passo que o seu próprio desejo, o obsessivo pensa ser impossível de alcançar:

Toda produção do campo do sentido é da ordem simbólica, seja ela falada ou não. Um gesto, uma expressão do corpo, uma dança, um desenho, tanto quanto uma narrativa oral, serão produções simbólicas, regidas pelo significante, e assim, ditas *verbais*, por estarem na dependência do *verbo significante*, e não por serem expressas por via oral. Não existirá, portanto, o “não-verbal” no campo simbólico, e menos ainda o “pré-verbal”. O domínio do verbal não é uma conquista do desenvolvimento cognitivo ou simbólico, mas uma condição inerente ao falante como tal. Como ser de linguagem, o sujeito humano se constitui de um *campo*, um território, um universo, que contém e subsume o sujeito, mais do que um domínio de uma *função*, isto é, de algo que o sujeito pode dominar ou não (ELIA, 2006, p.21).

Assim, deseja-se o simbólico de algo, e não o objeto em si, pois se não fosse dessa forma, os desejos seriam supridos completamente quando alcançamos nossos objetivos e não se desejaria nada além disso.

Melman (2004, p. 94) fala sobre o significante do pai simbólico “o significante é o símbolo de uma ausência. Então, o pai simbólico seria ele o simbólico de uma pura ausência”. Dentro deste pensamento, a ausência de uma relação primária forte, ou seja, de uma relação pai-filho no início da vida da criança, faz com que a mesma perceba a falta e tente preenchê-la de outra forma, conforme se observa em Risé (2007, p.31): “A solidão do homem é assim desfeita: o pai, que o gerou, o conhece.

Esse conhecimento decorre de um ato criador originário [...]”.

É necessário que haja um bom relacionamento primário paterno para que seja estabelecida uma relação de segurança, sem isso há uma falta de segurança na vida.

2 OS ELEMENTOS HISTÓRICOS DA CONSTITUIÇÃO DA PRISÃO: DEBATES EM TORNO DO ENCARCERAMENTO E PUNIÇÃO

2.1 OS DETERMINANTES HISTÓRICOS DA CONSTITUIÇÃO DAS PRISÕES

Gomes Neto (2000 p. 43-44) define prisão da seguinte forma:

A prisão tem como objetivo básico: manter o indivíduo cerceado de sua liberdade até que sua situação se resolva pelas autoridades competentes, ou seja, liberado por forças de relaxamento de prisão em flagrante, revogação de prisão preventiva ou cumprimento da pena; manter o infrator acessível à disposição da justiça, ou se o indivíduo é perigoso, garantir a sociedade contra o prosseguimento da atividade delituosa do agente; evitar manobras de que possa lançar mão o agente para estorvar a produção regular da prova e possibilitar a reabilitação social do agente transgressor da norma.

Antes de a prisão passar a ser instrumento de pena, ela se destinava a reter o condenado até a execução de sua pena, que era sempre corporal ou infamante, conforme já vimos no estudo feito acerca da pena.

Inicialmente, a prisão foi tida como forma de isolar socialmente aqueles que pudessem representar algum perigo a comunidade. Silva (2007, p.26), discorre sobre o crime e a punição na antiguidade relatando que, nesse tempo, não se sabe o que era visto como crime para eles, mas que a punição era a exclusão do bando como forma de evitar que o mesmo pudesse de alguma forma influenciar os outros integrantes do grupo, como ocorria às tribos totêmicas já enfocadas no capítulo anterior.

Na Idade Média, a ideia de prisão como forma de privação de liberdade ainda não havia surgido, mas “com a queda do Império Romano e a invasão da Europa pelos povos bárbaros [...] predominou o direito individualista germânico; era aplicada a punição dos delitos com a perda da paz” (SILVA, 2007, p.28). Dessa maneira, qualquer pessoa poderia matar outra que tivesse cometido um delito, até mesmo por vingança, e não seria punido por isso. A pena aqui tinha caráter ressocializador, ao passo que a pessoa permanecia na sociedade e lhe era dada a oportunidade de não

cometer mais crimes, porém vivia na insegurança ao passo que a qualquer momento qualquer pessoa da sociedade poderia lhe fazer algo, caracterizando assim o Direito Penal Canônico. A primeira pena para essa categoria de punição designava-se “*destructio in monasterium*” (SILVA, 2007, p. 29), na qual a penalidade era aplicada aos sacerdotes e religiosos que infringiam as normas eclesiásticas, fundamentando assim, o cumprimento de pena por restrição de liberdade. Os infratores eram internados em mosteiros para pagar sua penitência, surgindo com isso, a palavra penitenciária. O isolamento se dava em forma celular, o que permanece ainda, e proporcionava ao indivíduo a possibilidade de reabilitação, o que gera até hoje uma espécie de correção, e não apenas isolamento sem função.

Porém, foi apenas na Idade Média que a pena tornou-se um instrumento de educação e ressocialização dos apenados, através do movimento de defesa social, onde se iniciou o pensamento sobre o assunto:

Entretanto, após o fim da Segunda Grande Guerra, surgiu uma forte reação humanista defendendo que acima da lei deveria estar o indivíduo, e uma nova política criminal, em que os direitos e garantias humanas deveriam sobrepor-se às normas (SILVA, 2007, p. 32).

Através da evolução dos tempos, houve uma mudança de visão. Em todo o contexto histórico as prisões tiveram caráter de castigo, com o intuito de retirar o indivíduo causador dos problemas da sociedade para reestabelecer a paz e a harmonia novamente.

Gomes Neto (2000, p.50) fala sobre a criação do Sistema Pensilvânico ou Celular, fundado por Guilherme Penn em 1861 em cumprimento de despacho do Rei Carlos II. Esse sistema tinha o intuito de atenuar a dureza das punições anteriores:

A atenuação obedecia a duas razões: em primeiro lugar, para atuar conforme os princípios quaqueiros, que repudiam todo ato violento, limitou a pena de morte ao crime de homicídio e substituiu as penas corporais e mutilantes por penas privativas de liberdade e trabalhos forçados.

Assim, o sistema limitouse a interditar as torturas que ocorriam anteriormente, e o suplício, nesse momento, passa a não existir. Após a criação dos mosteiros, foi identificada a necessidade de estabelecimentos organizados e administrados para isso. Porém, a inovação de Penn não deu certo em sua época, retomando assim em 1776, tornando-se a primeira prisão norte-americana segundo

Gomes Neto (2000).

Essa nova estruturação, segundo Silva (2007), se deu inicialmente na Inglaterra, Holanda e Alemanha, locais onde já existiam várias prisões, porém, as primeiras surgiram nos Estados Unidos, decorrente de influências religiosas.

Gomes Neto (2000), explica ainda que foi através da associação “Philadelphia Society for the Alleviating the Miseries of Public Prison” que, em 1790, autorizou a iniciação da instituição que “fez surgir um novo regime de pena, no qual o condenado era mantido isolado em uma cela, sem trabalho ou visita, em oração e abstinência de bebida alcoólica” (SILVA, 2007, p. 98). As celas eram individuais apenas para os considerados mais perigosos, os outros permaneciam em celas comuns e seriam mantidos sob a lei do silêncio.

Com o grande crescimento da população penal, tal sistema se desestruturou, fracassando; pois era tido como muito severo ao identificar o isolamento como uma espécie de tortura que poderia levar a morte ou a loucura. Silva (2007) expõe ainda que o Congresso Penal e Penitenciário de Praga, em 1830, buscava por sistemas mais humanos:

Da experiência do sistema celular colhem-se, todavia, lições relevantes como a de que os presos perigosos dever pernoitar em celas individuais, e que o sistema constitui eficaz instrumento de controle penitenciário, porém é ele incompatível com a recuperação e reabilitação de delinquentes (SILVA, 2007, p. 98).

A partir daí, passou-se a ver o indivíduo além de sua falha, tentando assim pensar não apenas na punição, mas em uma forma de inseri-lo novamente à sociedade, como se estivessem retirando-o do meio social para sancionar aquela questão do delito e, em seguida inseri-lo novamente à sociedade.

Outro sistema corresponde ao Sistema Panótico, criado por Jeremias Bentham, descrito por ele como uma “construção rotunda, com celas individuais voltadas para o centro comum, onde se situavam a sala da direção e a torre de vigilância” (GOMES NETO, 2000, p.61). Dessa forma, os guardas conseguiam visualizar todas as celas sem sair da torre em que se encontravam, surgindo daí o nome Panótico, de pan e ótico, que significa visualização ampla e ao mesmo tempo. As primeiras penitenciárias contendo esse formato foram construídas em Richmond, em 1800, seguida de outra em Pittsburgh, em 1827, nos Estados Unidos. No Brasil, foi realizada a construção de uma penitenciária dentro desse formato em Salvador,

em 1962. A ideia inicial era a construção de três pavilhões, porém só foram construídos de dois.

O surgimento do Sistema Auburniano se deu por “[...] necessidade e o desejo de superar as limitações e os defeitos do regime celular” (GOMES NETO, 2000, p. 62). Assim, o governador John Jay, de Nova Iorque, em 1796, com o intuito de estudar mais profundamente o sistema celular, enviou uma comissão à Pensilvânia a fim de criar um projeto com mudanças. Ainda nesse período, houve uma confirmação da permuta da pena de morte e castigos através das agressões corporais, para a pena de prisão. Após estudo da comissão, foi inaugurada em 1797, a prisão *Newgate* dentro desse modelo, porém, foi construída em uma demarcação pequena, tornando-se assim impossível promover uma forma de sistema de confinamento solitário. Em decorrência da insatisfação dessa prisão, sugeriu-se a construção de uma segunda prisão nesse formato no interior dos Estados Unidos em 1809, mas foi apenas em 1816, que a construção da prisão de Auburn se efetivou.

Os prisioneiros mantidos nessa forma de isolamento, segundo Gomes Neto (2000), foram divididos em três categorias:

1º) A primeira era composta pelos mais velhos e persistentes delinquentes, aos quais se destinou um isolamento contínuo; 2º) Na segunda situavam-se os menos incorrigíveis, com permissão para trabalhar, sendo somente destinados às celas de isolamento três dias na semana; 3º) A terceira categoria era integrada pelos que davam maiores esperanças de serem corrigidos (ibid, p. 62).

A mesma crítica ao sistema celular coube nesse novo sistema, ao passo que a questão do isolamento, não sendo total, possibilitou ao prisioneiro o trabalho diurno, isolamento noturno ou até mesmo semanal. Entre oitenta prisioneiros, salvos dois deles, todos acabaram enlouquecendo, morrendo ou alcançando o perdão, fazendo com que em 1824 uma comissão investigasse a questão e abandonasse esse sistema.

Outra grande diferenciação entre esse sistema e o celular diz respeito à questão espiritual, já que no sistema auburniano não é trabalhada tal questão. Algumas prisões tentaram fazer uma mescla entre o rigor e a educação espiritual. “Na prisão de Sing-Sing dava-se grande importância ao fato de os reclusos decorarem grande número de versículos bíblicos, considerando como a realização de um ideal pedagógico” (ibid, p. 70).

Já no século XIX, o sistema vigente foi o progressivo, persistindo até os dias atuais. “[...] são aqueles cuja execução da pena se faz em dois ou mais estágios ou regimes, iniciando pelo mais rigoroso e terminando por um mais brando” (ibid, p. 71). Após esse sistema foi possibilitado ao apenado o cumprimento da pena de outras formas além do isolamento:

O ápice da pena privativa da liberdade coincide com o abandono dos métodos antigos e a adoção do sistema progressivo, que divide o tempo da pena em período menos rigorosos segundo a conduta do condenado, que poderia adquirir a liberdade antes do término da condenação, como incentivo pelo bom comportamento. O sistema progressivo deu importância à vontade de recluso e significou ampla redução do rigor na ampliação da pena privativa da liberdade, e um avanço no sistema penitenciário (SILVA, 2007, p. 102).

Com isso, após cumprimento de certo tempo de isolamento, dependendo da situação do sujeito, da sua conduta e do seu crime, o mesmo pode cumprir a pena através de formas secundárias, surgindo assim outras formas de regime penal.

2.2 ENCARCERAMENTO E PUNIÇÃO EM DEBATE

Inicialmente, a punição, respaldada pelas leis, teve como objetivo condenar aqueles que de alguma forma tentassem desmoralizar o poder soberano vigente da época. Em 1670, a penalidade para aqueles que confrontavam a lei, dava-se através da morte-suplício, conforme Gomes Neto (2000, p. 33):

A pena de morte natural compreende todos os tipos de morte; uns podem ser condenados à forca, outros a ter a mão ou a língua cortada ou furada e ser enforcados em seguida; outros, por crimes mais graves, a ser arrebatados vivos e expirar na roda depois de ter os membros arrebatados; outros a ser arrebatados até a morte natural, outros a ser estrangulados e em seguida arrebatados, outros a ser queimados vivos, outros a ser queimados depois de estrangulados; outros a ser a língua cortada ou furada, e em seguida queimados vivos; outros a ser puxados por quatro cavalos, outros a ter a cabeça cortada, outros enfim a ter a cabeça quebrada.

Dessa forma, o suplício trata de formas brutas de punição, onde além de retirada a vida do indivíduo, o mesmo ainda era exposto. Por mais indolor que pudesse ser a forma do suplício, em quase todos os casos terminava de forma

perversa:

O suplício é uma técnica e não deve ser equiparado aos extremos de uma raiva sem lei. Uma pena, para ser um suplício, deve obedecer a três critérios principais: em primeiro lugar, produzir uma certa quantidade de sofrimento que se possa, se não medir exatamente, ao menos apreciar, comparar e hierarquizar; a morte é um suplício na medida em que ela não é simplesmente privação do direito de viver, mas a ocasião e o termo final de uma graduação calculada de sofrimento: desde a decapitação – que reduz todos os sofrimentos a um só gesto e num só instante: o grau zero de suplício – até o esquartejamento que os leva quase ao infinito, através do enforcamento, da fogueira e da roda, na qual se agoniza muito tempo; a morte-suplício é a arte de reter a vida no sofrimento, subdividindo-a em <<mil mortes>> e obtendo, antes de cessar a existência, *the most exquisite agonies*. O suplício repousa na arte quantitativa do sofrimento. Mas não é só: esta produção é regulada. O suplício faz correlacionar o tipo de sofrimento físico, a qualidade, a intensidade, o tempo dos sofrimentos com a gravidade do crime, a pessoa do criminoso, o nível social de suas vítimas[...] (ibid, p. 34).

Sendo assim, os apenados eram expostos ao público e torturados como forma de exemplo para que a população não seguisse os seus atos. A morte-suplício era a forma de retirar a vida através de dor e sofrimento, de maneira quantitativa, a qual se subdividia em “infinitas” mortes, onde a pessoa podia ser estrangulada, por exemplo, e em seguida queimada:

Uma vez que o suplício repousa na arte quantitativa do sofrimento, o tipo de ferimento físico, qualidade, intensidade e o tempo dos sofrimentos variam de acordo com a gravidade do crime praticado pelo condenado (GOMES NETO, 2000, p. 16).

Ainda segundo Gomes Neto, a punição era tida como forma de vingança, seguindo assim a lei do mais forte. Independente da infração cometida, não havia correlação entre crime e consequência, havia apenas uma pessoa superior que julgava como pensava ser o melhor. O transgressor poderia ser punido de diversas formas, assim como sua família também poderia responder a tal ato, como podemos verificar no seguinte trecho:

A punição era imposta exclusivamente como vingança e não guardava qualquer medida com a pessoa do criminoso com o crime cometido. Trata-se da lei do mais forte, ficando sua extensão e forma de execução a cargo da pessoa do ofendido. O transgressor poderia ser morto, escravizado ou banido. A pena ultrapassa a pessoa do infrator para se concentrar em sua família ou inteiramente em sua tribo, com a total dizimação desta, não se

importando com a figura da culpa (GOMES NETO, 2000, p. 23).

A partir do século XVIII, de acordo com Foucault, o suplício passou a ser uma forma de punição inaceitável pela população, no qual protestos começaram a surgir para que fosse possível “eliminar essa confrontação física entre soberano e condenado” (FOUCAULT, 1987, p. 69).

Soares (2006, p. 18), conclui essa fase de transição do suplício até seu fim da seguinte forma:

Ao expor o suplício do condenado publicamente, o que se conseguia, principalmente, era uma legitimação do poder das autoridades e até mesmo do Estado, na figura do soberano. Entretanto, ainda que este poder fosse legitimado e reativado pela população, nem o estraçalhamento de corpos em praças públicas, nem o amontoamento de corpos nas masmorras fizeram com que o crime desaparecesse. Tudo o que se conseguiu historicamente com tais atos foi a contribuição para as várias reformulações do sistema prisional [...].

A partir de então, observou-se a necessidade de criar novas formas de julgamento e de punição para aqueles que descumpriam a lei. Assim, surgem os primeiros locais próprios para isolamento social, como presídios, manicômios, entre outras instituições.

A princípio, a prisão era tida apenas como forma de manter os infratores em um ambiente separado no intuito de que os mesmos não pudessem fugir:

À medida que esses prelúdios cautelares para a aplicação ou execução da pena foram evoluindo e a privação da liberdade na prisão passou a ser adotada como pena, surgiu a preocupação com os locais apropriados para essa nova finalidade (MIRABETE, 2004, p. 249).

Dessa forma, a punição pelo crime passou a ter outros formatos, a privação além da liberdade, construindo assim, outros estabelecimentos penais reservados a essa população diferenciada. Essas instituições foram divididas entre: Penitenciárias, Colônias Agrícolas, Industrial ou similar, Casa do Albergado, Centro de Observação, Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico e Cadeia Pública. Mirabete (2004) expõe ainda que a classificação do criminoso se dá pelo fato de ser condenado ou preso provisório, levando em conta o grau da sentença, se é segurança máxima, média ou aberta, assim como a natureza jurídica, se é cumprimento de pena ou se é cumprimento de medida de segurança.

Branchier (2006, p. 303) diferencia esses estabelecimentos, de acordo com o Código Penal, da seguinte forma:

Art. 33 – A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semi-aberto ou aberto. A de transferência a regime fechado.

1º Considera-se:

- a) regime fechado a execução da pena em estabelecimento de segurança máxima ou média;
- b) regime semi-aberto a execução da pena em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar;
- c) regime aberto a execução da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado.

O que definirá para que tipo de estabelecimento o detento irá será sua pena. Com isso, a pessoa que está cumprindo, por exemplo, prisão temporária, não entrará em contato com outra pessoa que já tenha sido julgada.

O regime fechado caracteriza-se por uma limitação das atividades em comum dos presos e por maior controle e vigilância sobre eles. Devem cumprir pena nesse regime os presos de periculosidade extrema, assim considerados na valoração de fatores objetivos: quantidade de crimes, penas elevadas no período inicial de cumprimento, presos reincidentes etc. Como observa Bueno Arús, a periculosidade pode ser avaliada criminologicamente (risco de cometer novos crimes, entre os de maior gravidade) ou penitenciariamente (risco de alterações graves da ordem e segurança dos estabelecimentos (MIRABETE, 2004, p. 268).

O regime fechado destina-se aos presos já condenados e que sejam de alta periculosidade, podendo ainda causar danos a sociedade, seja institucionalizado ou não. Essas pessoas são dirigidas a penitenciárias onde há um controle maior sobre elas. De acordo com o artigo 88, da Lei nº 7.210, de 11/7/1984, esse ambiente contém algumas exigências.

Art. 88. O condenado será alojado em cela individual que conterà dormitório, aparelho sanitário e lavatório.

Parágrafo único: São requisitos básicos da unidade celular:

- a) salubridade do ambiente pela concorrência dos fatores de aeração, isolamento e condicionamento térmico adequado à existência humana;
- b) área mínima de seis metros quadrados. (MIRABETE, 2004, p. 270)

Essa exigência se deu em decorrência de denúncias feitas para tornarem as prisões um local mais humano, com condições de sobrevivência, pois sua função é apenas de privação de liberdade e não mais de tortura, conforme observa-se em Mirabete (2004, p. 270):

[...] no recinto das prisões, respira-se um ar de constrangimento, repressão e verdadeiro terror, agravado pela arquitetura antiga dos velhos presídios em que há confinamento de vários presos em celas pequenas, úmidas, de tetos elevados e escassas luminosidade e ventilação, num ambiente que facilita não só a homossexualidade como o assalto sexual.

As celas minúsculas, a superlotação, a falta de condições básicas de sobrevivência; tudo isso foi percebido no decorrer do tempo e procuraram-se formas de evitar que esse tipo de situação ocorresse. O artigo 88 do Código Penal defende a mínima condição de sobrevivência na prisão, como a ventilação, que anteriormente não era observado, o que possibilitara a rápida proliferação de doenças transmitidas por da via aérea, como por exemplo, a tuberculose, formando assim pequenos surtos de doenças contagiosas nas instituições.

Mirabete (2004) discorre sobre o regime semi-aberto, que é tido como um meio termo entre o regime fechado e o aberto. Funciona como uma transição entre a privação total da liberdade e a liberdade, como uma forma gradual de reintegrar o infrator à sociedade:

Devem iniciar obrigatoriamente o cumprimento da pena em regime semi-aberto os condenados reincidentes à pena de *detenção*, qualquer que seja sua duração, já que o regime fechado não se destina, em regra, às penas de *detenção*, bem como os condenados são *reincidentes* condenados à pena superior a quatro anos [...]. Também devem ser destinados inicialmente ao regime semi-aberto os não-reincidentes condenados à pena igual ou inferior a quatro anos se, em decorrência das circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal, não estão em condições de iniciar o cumprimento da pena em regime aberto (ibid, p. 273).

De acordo com o Código Penal, esse regime é destinado aos apenados que cumprirão longas penas e também aos que irão cumprir pena de *detenção*, visto que essa pena não se destina ao regime fechado e também às pessoas que não sejam reincidentes e que irão cumprir pena inferior ou igual a quatro anos de acordo com o Código Penal.

Mirabete (2004) fala ainda sobre o regime aberto como sendo privilégio para aqueles presos que não apresentam periculosidade, são disciplinados e responsáveis a ponto de usufruir disso sem desejar fugir. Esse indivíduo é capaz de conviver em sociedade sem colocar em risco a ordem pública.

Apontam-se como vantagens do regime aberto: (a) melhora da saúde física e mental dos condenados, pela vida ao ar livre e aos espaços abertos; (b) melhora da disciplina decorrente do aprimoramento da responsabilidade

pessoal e da autodisciplina do condenado; (c) maior facilidade de contatos exteriores com a família e para exercitar seu autodomínio ao trabalho pela própria decisão, para não fugir, embriagar-se, etc.; (d) economia para o Estado, que despende menos recursos na construção e na manutenção das prisões abertas do que nos estabelecimentos fechados ou semi-abertos, etc (ibid, p.277)

Esse regime possibilita pontos positivos tanto para o apenado como para o Estado. O apenado pode exercer seu papel social normalmente, apenas privado de algumas regalias, porém, o mesmo pode conviver em família, fazer trabalhos, assim como desenvolver melhor seu senso-crítico diante de determinadas circunstâncias. Para o estado, representa economia e liberação de vagas nas prisões, que são cada vez mais superlotadas. O regime aberto possibilita que o regime fechado seja utilizado em casos mais necessários, aliviando um pouco a carga carcerária:

Em contrapartida, os inconvenientes apontados são (a) a possibilidade de evasão, propiciada pela liberdade de locomoção de sentenciado; (b) o acentuado enfraquecimento da função intimidante da pena, principalmente quando da concessão indiscriminada de benefício; (c) a possibilidade de relações no exterior que possam corromper o condenado (ibid, 277).

O sujeito na condição de regime aberto pode se confundir com a condição de liberdade, agir como se não estivesse em débito com a lei e até mesmo esquecer suas funções enquanto cumpridor de uma penalidade. O fato de estar em inconformidade com a lei pode facilitar a inserção do mesmo em determinados grupos envolvidos com o crime, pelo fato de vê-lo como “criminoso”, podendo assim ajudar o grupo.

Independente da sua forma de pagar pelo crime, sua punição vai muito além disso, como observamos em Bessa apud Rech (2007):

[...] os presos enfrentam outra dura realidade: o retorno à sociedade. Uma vez preso, esse será o rótulo a ser carregado, e, embora a função do sistema carcerário seja a de ressocializar, o que ocorre efetivamente é o distanciamento ainda maior desses para com a sociedade. “O drama do egresso [...] começa ainda dentro das celas. Os detentos sabem que, mesmo pagando até o último dia de pena pelos crimes cometidos, por toda a vida terão uma ficha criminal que denuncia a passagem pela prisão (RECH, 2007, p.581).

O sujeito é punido para o resto de sua vida, levando consigo o rótulo de ex-detento. Ao procurar um emprego, suas qualidades valerão pouco perto desse rótulo. Por mais que o sujeito não pratique mais crime algum e que seu crime tenha

sido leve, sempre será visto como criminoso. A sociedade discrimina sem conhecer o potencial. O trabalho inicial da ressocialização torna-se assim algo difícil sem a contribuição do externo, pois a sociedade que quem está atrás das grades é uma pessoa na maioria das vezes saudável e, que quando ela sai detrás das grades e volta ao convívio social, passa a exercer seus direitos e deveres de cidadão como todos. Já as pessoas que possuem algum distúrbio devem ser tratadas e não apenas isoladas.

John Dewey, apud Mondaini (2006, p. 159) traz o ponto chave para o questionamento: “Se você quer estabelecer a concepção de uma sociedade, descubra quem está na prisão”. A sociedade cria as pessoas e, os que se encontram em inconformidade são os denunciadores de que há algo errado e de que deve ser feita alguma mudança. A publicidade em cima do número de encarcerados é vista de forma positiva no sentido de mostrar que está sendo feito algo para que a população possa se sentir mais tranquila e segura.

Segato (2001), em sua experiência no Centro de Internação e Reabilitação do Distrito Federal, mais conhecido como presídio da “Papuda”, observou na fala dos detentos algumas características comuns. Uma delas trata de uma impossibilidade em narrar-se, porque o apenado possui dificuldade em relatar sua vivência decorrente da repressão. “[...] à falta de exposição a discursos que estes presos revelavam, mostrando-se, portanto, impedidos de operar um processo de reconhecimento e de elaborar uma versão possível da sua identidade e de seu drama de vida” (SEGATO, 2001, p.138). Através da fala, o sujeito pode perceber-se enquanto ser e, conseqüentemente, refletir sobre seus atos. Essa impossibilidade de se perceber, seja por questões pessoais ou por culpa, seja pela estrutura da instituição, número insuficiente de pessoas qualificadas para dar esse tipo de suporte, faz com que o sujeito esteja apenas restrito de liberdade, e não que ele esteja sendo preparado para reintegrar-se à sociedade.

Segato (2001) fala ainda sobre a relação que o presidiário estabelece com a religião dentro da instituição. Por maiores e melhores que sejam os recursos fornecidos dentro da prisão, o discurso mais rico com que o detento provavelmente entrará em contato diz respeito à bíblia, à Palavra sagrada. Em seu trabalho, ela retrata o discurso de um de seus entrevistados, um estuproador que relata a dificuldade em ser bom, em se tornar um irmão, em estudar a Bíblia e em lidar com o próprio fracasso. Não se trata apenas de força de vontade em determinados casos,

trata-se de doença, de transtornos que podem ser curados em algumas circunstâncias e em outras não.

2.3 O SISTEMA PRISIONAL DE FOZ DO IGUAÇU: A PARTICULARIDADE DA PEF

A Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu – PEF, foi inaugurada em 19 de julho de 2002, tendo Alexandre Calixto da Silva como seu primeiro diretor, permanecendo no cargo de julho de 2002 a 17 de outubro de 2008, quando assumiu o então atual diretor Ivan Vidal Graczyk. É uma das instituições integrantes do sistema prisional da cidade.

Segundo o DEPEN - Departamento Penitenciário do Paraná a PEF segue os moldes do modelo prisional americano para regime fechado, designado para presos do sexo masculino.

Foi construída de acordo com os critérios definidos no artigo 90 da Lei nº. 7210, de 11/07/1984, que prevêem que “A penitenciária de homens será construída em local afastado do centro urbano a distância que não restrinja a visitação.” (MIRABETE, 2004, p.272).

A PEF foi construída em um terreno doado pela Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, localizada no Bairro de Três Lagoas. Sua área total é de 33.840m², onde foram utilizados 5.800m² para construção. Foram gastos um total de R\$11.400.000,00 para o projeto, equipamentos e obra; dinheiro esse proveniente do Estado. Essa estrutura comporta 468 presos. Nela, foram construídas 124 celas pré-moldadas, arquitetadas com uma estrutura de concreto de alta resistência, de 7,41 m² cada uma, impossibilitando assim a construção de túneis, não permitindo com isso fugas:

A Penitenciária possui painéis de controle de segurança dos mais modernos, onde todas as portas são automatizadas e é possível controlar a segurança até de fora do prédio de carceragem. Se o painel que fica dentro da Penitenciária for desligado numa rebelião, o externo é imediatamente acionado e é impossível que alguém fuja do local (DEPEN).

Com toda a segurança oferecida pelo local, - desde sua construção apropriada até a capacitação de seus funcionários - caso haja alguma rebelião, é

possível controlar o que ocorre lá dentro pelo painel de controles, tanto pelos controladores que estejam lá dentro, quanto pelos que estão externos, dificultando a saída dos presos.

Além do painel de controle, a tecnologia encontra-se presente ainda através de “portões automotores; quadrante suspenso; monitoramento por câmeras de vídeo; sistema de alarme e som (sirenes eletrônicas); detectores de metais (fixos e móveis); rádios transreceptores” (DEPEN). Além do patrulhamento constante realizado externamente pela Polícia Militar e internamente pelos Agentes Penitenciários.

3 RELIGIÃO, PRISÃO E PUNIÇÃO

Nesse trabalho está sendo abordada apenas a religião cristã, pelo fato de ser a religião unânime que apareceu nas entrevistas com os detentos.

3.1 CONCEPÇÃO TEOLÓGICA

Ao falar sobre religião, o foco foi voltado para a concepção dos evangélicos, objetivando “compreender o homem e a religião do ponto de vista teológico (bíblico), ou seja, a luz da bíblia, procurando embasamentos nos versículos bíblicos” (DUARTE, 2002, p.18).

Ao abrir uma bíblia, ainda no antigo testamento, no primeiro livro, Gênesis, já nos primeiros capítulos, inicia-se a história da criação do mundo, como sendo uma obra Divina e inigualável. Deus criou o mundo em sete dias, criando também o homem e a partir do pó da terra e, soprando em suas narinas de-lhe a vida, enquanto a mulher foi fruto de uma das costelas do homem, criando assim Adão e Eva.

“Assim Deus criou os seres humanos; ele os criou parecidos com Deus. Ele os criou homem e mulher [...]” (GÊNESIS, cap.1, v.27, 2002, p.4).

Deus criou o homem à sua imagem e semelhança, porém, não como criaturas divinas. Ao se dizer que o homem é igual a Deus, atribui-se a ele uma responsabilidade de perfeição, já que Deus é o Senhor Todo Poderoso e perfeito. Ao serem lançados ao jardim do Éden, Deus disse ao homem e a mulher que não comessem nenhuma fruta da árvore que fica ao centro do jardim, pois através dela, eles conheceriam o pecado. A cobra, o animal mais esperto que Deus havia criado, falou para Eva que ela não morreria se comesse da fruta, apenas passaria a ver as coisas da mesma forma que Deus, distinguindo o certo e o errado, ao passo que até então não havia nada de errado a não ser comer daquela árvore. Eva, confiando na

cobra, comeu a fruta e em seguida ofereceu ao seu marido. No mesmo instante, os dois se perceberam nus e passaram a se esconder, encobertos pela nudez, em seguida, costuraram folhas de figueira para utilizarem como tanga.

Então o SENHOR Deus disse à cobra:

- Por causa do que você fez você será castigada. Entre todos os animais só você receberá esta maldição; de hoje em diante você vai andar se arrastando pelo chão e vai comer o pó da terra. Eu farei com que você e a mulher sejam inimigas uma da outra, e assim também serão inimigas a sua descendência e a descendência dela. Esta esmagará a sua cabeça, e você picará o calcanhar da descendência dela (GÊNESIS, cap. 3, v. 14-15, 2002, p. 6).

Assim, a cobra recebeu sua punição pelo fato de ter incentivado e aguçado a curiosidade de Eva a respeito da fruta. Mesmo que a cobra não tenha participado diretamente comendo a fruta, o fato dela ter participado indiretamente fez com que o castigo caísse sobre ela também.

Para a mulher Deus disse:

- Vou aumentar o seu sofrimento na gravidez, e com muita dor você dará à luz filhos. Apesar disso, você terá desejo de estar com o seu marido, e ele a dominará (GÊNESIS, cap. 3, v.16, 2002, p.6).

Assim, a mulher foi penalizada por todas as suas gerações com a dor de ter um filho, o sofrimento na hora do parto e durante a gravidez. Também passou a ser dependente da autoridade do marido, passando a exercer um papel passivo com relação ao mesmo, surgindo dessa maneira, a submissão feminina:

E para Adão Deus disse o seguinte:

- Você fez o que a sua mulher disse e comeu a fruta da árvore que eu o proibi de comer. Por causa do que você fez, a terra será maldita. Você terá de trabalhar durante a vida inteira a fim de que a terra produza alimento suficiente para você. Ela lhe dará mato e espinhos, e você terá de comer ervas do campo. Terá de trabalhar no pesado e suar para fazer com que a terra produza algum alimento; isso até que você volte para a terra, pois dela você foi formado. Você foi feito de terra e vai virar terra outra vez (ibid, v.17-1, p.6-7).

E Deus castigou a forma de sustento do homem, o que antes ele apenas colhia, agora passou a ter que plantar e cultivar em uma terra maldita, onde seu trabalho seria pesado, e tirou de todos a imortalidade:

Na quase totalidade das religiões o mistério da morte é sempre explicado como consequência de alguma falta cometida contra algum deus ou de

alguma ofensa que os homens fizeram aos deuses. No princípio os homens eram imortais e viviam na companhia dos deuses ou de Deus; a seguir, alguém ou alguns cometem uma transgressão imperdoável e com ela vem a grande punição: a mortalidade para todos (CHAUÍ, 2004, p. 257).

Consequente ao pecado original, Deus tornou a mortalidade real, porém ainda permitiu que Adão vivesse por 930 anos, mas o retirou, junto a sua mulher, do Jardim do Éden. Porém, a imortalidade não está totalmente perdida.

Como a falta ou queda da originária atingiu a todos os humanos, o perdão divino e a redenção decorrem de uma decisão divina, que deverá atingir a todos os humanos, se acreditarem e respeitarem a lei divina escrita nos textos sagrados e se guardarem a esperança na promessa de salvação que lhe foi feita por Deus. Nesse tipo de religião, a obra de salvação é realizada por um enviado de Deus – messias, em hebraico; cristo, em grego. As religiões da salvação são messiânicas e coletivas. Um povo – povo de Deus – será salvo pela lei e pelo enviado divino (ibid, p. 258).

O pecado fez com que Deus se afastasse do homem, mas por Ele ser misericordioso, possibilitou ao mesmo uma outra chance, dando assim a vida após a morte ou vida eterna. Para se aproximar novamente de Deus, e quem sabe alcançar a vida eterna ao seu lado, o homem deve passar por três fases: arrependimento, perdão e renascimento. “[...] digamos assim, tem que primeiramente ouvir a palavra de Deus que está na bíblia” (Duarte, 2002, p. 19). Assim, através da palavra a pessoa pode se reconciliar com Ele, conforme se observa em Romanos:

Portanto, a fé vem por ouvir a mensagem. E a mensagem vem por meio da pregação a respeito de Cristo.

Mas eu pergunto: Será que eles não ouviram a mensagem? É claro que ouviram! Como dizem as escrituras:

“A voz deles se espalhou pelo mundo inteiro; as suas palavras alcançaram a terra toda (ROMANOS, cap, 10, v.17-18, 2002, p. 256).

Através do conhecimento da palavra que se espalhou pelo mundo inteiro, o homem pôde conhecer Deus e, dessa forma, agir da maneira adequada para agradá-lo e aproximar-se dele:

Quando ouviram isso, todos ficaram muito aflitos e perguntaram a Pedro e aos outros apóstolos:

- Irmãos, o que devemos fazer?

Pedro respondeu:

- Arrependam-se, e cada um de vocês seja batizado em nome de Jesus Cristo para que os seus pecados sejam perdoados, e vocês receberão de Deus o Espírito Santo. Pois essa promessa é para vocês, para os seus filhos e para todos os que estão longe, isto é, para todos aqueles que o

Senhor, nosso Deus, chamar.
Pedro continuou a dar o seu testemunho e, com muitas outras explicações, procurou convencê-los, dizendo:
-Saíam do meio dessa gente má e salvem-se!”(ATOS DOS APÓSTOLOS, cap. 2, v.37-41, 2002, p. 196).

Sabedora da palavra, a pessoa deve mostrar arrependimento real. O batismo representa um novo nascimento, na qual a pessoa morre para seus pecados, tendo assim uma nova possibilidade de viver sem eles:

[...] esta semente lançada vai produzir crença/fé no homem que por sua vez irá produzir arrependimento de sua vida pregressa. Também é ensinado que os pecados perdoados são esquecidos, são apagados, perdendo qualquer efeito sobre o homem (DUARTE, 2002, p.19).

Conhecendo esta crença, o homem pode fazer uma reflexão sobre sua vida, sobre seus atos e isso possibilita uma mudança estrutural em sua vida. A possibilidade de renascer e ter a chance de iniciar tudo novamente de uma forma correta, faz com que o homem possa crer que sua vida realmente foi apagada, jogada no mar do esquecimento, podendo assim renascer e viver de acordo com os mandamentos de Deus:

Quem nasce de pais humanos é um ser de natureza humana; quem nasce do Espírito é um ser de natureza espiritual. Por isso não fique admirado porque eu disse que todos vocês precisam nascer de novo. O vento sopra onde quer, e ouve-se o barulho que ele faz, mas não se sabe de onde ele vem, nem para onde vai. A mesma coisa acontece com todos os que nascem do Espírito (JOÃO, cap. 3, v. 6-8, 2002, p. 153).

Há a possibilidade de interpretar que quem nasce de pais humanos é naturalmente pecador, pelo fato de ter vindo do pecado original (de Adão e Eva), sendo assim, já está sendo condenado por isso. Quando se morre e se nasce em espírito, através do batismo, o mesmo passa a ter uma vida espiritual.

A relação da criatura (homens) com o criador (Deus), traz comportamentos sociais muito significativos no que tange a paz, honestidade, urbanidade, evitando lugares promíscuos e conseqüentemente não dando oportunidade para as “obras da carne” [...] (DUARTE, 2002, p.20).

A Bíblia, através de seus ensinamentos, de certa forma normatiza a vida em sociedade, pois se forem seguidos os seus mandamentos haverá um bom clima social, com o desenvolvimento de bons sentimentos, como a piedade e a

misericórdia e o afastamento da luxúria, ostentação, cobiça, entre outros, levando à redução do risco de cometimento de pecados pelo afastamento de seus locais de risco:

Pois, quanto à lei, estou morto, morto pela própria lei, a fim de viver para Deus. Eu fui morto com Cristo na cruz. Assim, já não sou eu quem vive em mim. E esta vida que vivo agora, eu a vivo pela fé no Filho de Deus, que me amou e se deu a si mesmo por mim. Eu me recuso a rejeitar a graça de Deus. Pois, se é por meio da lei que as pessoas são aceitas por Deus, então a morte de Cristo não adiantou nada!(GÁLATAS, cap.2, v.19-21, 2002, p. 309).

Com isso, a lei terrena é substituída pela graça de Deus. Viver na graça é aceitar. Seu filho Jesus como Salvador, já que Ele, mesmo sem pecado algum, morreu por todos na cruz, para que houvesse a salvação. Viver na graça corresponde a viver de acordo com as escrituras sagradas, e dessa forma, a lei terrena se torna pouco se comparado com a graça. Só habitará o reino dos céus aquele que estiver vivendo em graça, ou seja, sem pecados.

A lei divina é revelada aos homens de várias formas: “Podem ter sonhos e visões, mas o fundamental é ouvir o que a divindade lhe diz, porque dela provém o sentido primeiro e último de todas as coisas e do destino humano [...]. A vontade divina pode tornar-se parcialmente conhecida dos homens na forma de *leis*, isto é, decretos, mandamentos, ordenamentos, comandos emanados da divindade” (CHAUÍ, 2004, p. 256). A forma mais conhecida disso está nos mandamentos¹ dados por Jeová. Em se tratando de algo revelado por Deus, seus seguidores não o questionam e o cumprem da melhor forma possível, culpando-se quando não é possível cumprir todos os mandamentos e leis.

Os profetas, recebedores das visões e das leis divinas, são responsáveis em repassá-los. Deus revelou seus mandamentos para Noé, Moisés e Samuel para que eles fossem intermediários e responsáveis em levar as revelações às outras pessoas. Os livros da bíblia foram escritos através de profecias, o antigo testamento como forma de integrar a história sagrada; enquanto o novo testamento foi escrito após a morte de Jesus, após concretização de várias profecias descritas no antigo testamento

¹ ÊXODO, Cap. 20, 2002, p. 93-95

3.2 CONCEPÇÃO DO HOMEM

Cruz (2004, s. p.) relata haver dois tipos de religião, conforme se observa no seguinte fragmento:

[...] a “autêntica”, representada pela maioria dos fiéis, que se contentam em ser um grupo tolerante dentro de um Estado secular, obedecendo-lhe as regras; e a “distorcida”, teocrática, totalitária, identificando estruturas religiosas com estruturas estatais, como por exemplo o conjunto de leis a serem obedecidas por todos os cidadãos.

Assim, o autor divide o papel religioso em duas partes, os que realmente seguem suas normas e regras, acreditando piamente no que é passado; e outro grupo que obedece a determinadas leis pertinentes a todos os cidadãos.

Chauí expõe sobre a religião como tendo as seguintes finalidades:

A passagem do sagrado à religião determina as finalidades principais da experiência religiosa e da instituição social religiosa. Entre essas finalidades destacamos:

- proteger os seres humanos contra o medo da natureza [...];
- dar aos humanos um acesso à verdade do mundo, encontrando explicações para a origem [...];
- oferecer aos humanos a esperança da vida após a morte, seja na forma de reencarnação perene [...];
- oferecer consolo aos aflitos, dando-lhes uma explicação para a dor [...];
- garantir o respeito às normas, às regras e aos valores da moralidade estabelecida pela sociedade [...] (CHAUÍ, 2004, p. 263).

Dessa maneira, o homem busca através da religião formas de responder a alguns questionamentos, como o de sua origem, forma de proteção e comodidade; no sentido de haver alguém, Deus, retirando sua responsabilidade por seus atos. Com isso, ele entrega tudo nas mãos de Deus e Ele tem o melhor para todos, passando assim segurança, esperança, liberdade, entre outros sentimentos. Mas para que isso ocorra, o homem precisa estar dentro de padrões estabelecidos para um melhor convívio em comunidade de forma mais harmoniosa.

Tais sentimentos que surgem no homem, podem ser vistos de forma ilusória, ao passo que estar dentro das normas divinas requer muito sacrifício, de modo que

o único que conseguiu viver de acordo com elas foi Jesus, que não tinha nenhum pecado:

Em termos éticos ou morais, isto tem uma consequência profunda: quando o homem se pergunta como deve agir, não pode mais satisfazer-se com a resposta que manda agir de acordo com a natureza, mas deve adotar uma nova posição que manda agir de acordo com a vontade do Deus pessoal. Para que isto seja praticamente viável, torna-se necessário conhecer a vontade deste Deus pessoal, e a filosofia sente a necessidade de uma ajuda fundamental fora dela: os homens procuram a *revelação* de Deus. A revelação de Deus não é uma exposição teórica, mas é toda ela voltada para a educação e o aperfeiçoamento do homem. O homem busca ser santo, como Deus no céu é santo (VALLS, 2005, p. 36).

O homem é livre para agir de acordo com suas vontades, mas a consequência dessa prática poderá ser a punição divina. Quando se foge dos padrões de conduta estabelecidos, o homem passa a ser um pecador, impuro. Eis que surge um grande duelo na vida do homem, agir de acordo com suas vontades e necessidades ou agir de acordo com a lei de Deus para habitar o reino dos céus por toda a eternidade. O homem vai contra sua natureza, muitas vezes, para poder estar mais próximo do Senhor.

No século XIX, o filósofo Feuerbach criticou a religião como *alienação*. Os seres humanos vivem, desde sempre, numa relação com a natureza e, desde muito cedo, sentem necessidade de explicá-la e o fazem analisando a origem das coisas, a regularidade dos acontecimentos naturais, a origem da vida, a causa da dor e da morte, a conservação do tempo passado na memória e a esperança de um tempo futuro. Para isso, criam os deuses. Dão-lhes forças e poderes que exprimem desejos humanos. Fazem-nos criadores da realidade. Pouco a pouco, passam a concebê-los como governantes da realidade, dotados de forças e poderes maiores dos que os homens (CHAUÍ, 2004, p. 264).

De acordo com a visão de Chauí (2004), a religião surgiu como forma de alienar o homem, para que ele não fosse um ser crítico, sendo a religião uma espécie de manipulação. O homem criou Deus para ter esperança e explicação para coisas que antes não tinha, porém, com o passar dos tempos, esse Deus passou a ser cada vez mais onipotente, onisciente e onipresente na vida do homem, deixando-o com medo de sua própria criação. Através do medo, a religião conseguiu controlar seus seguidores, pois se o mesmo não estiver dentro das suas normas e mandamentos, será penalizado, seja nessa vida ou na vida eterna. Ainda em Chauí (2004, p. 264):

A alienação religiosa é esse longo processo pelo qual os homens não se reconhecem no produto de sua própria criação, transformando-o num outro (*alienus*), estranho, distante, poderoso e dominador. O domínio da criatura (deuses) sobre seus criadores (homens) é a alienação..

Silva (2005) fala sobre a massificação através da sociedade de controle, essa forma de sociedade é responsável pela normatização dos desejos dos indivíduos. Assim, criam-se desejos comuns a todos para condicioná-los a terem o mesmo desejo em comum, criando uma falsa ilusão de liberdade, onde a mesma só é possível para escolher entre opções pré-estabelecidas.

[...] criam a religião e esta, para conservar seu domínio sobre os homens, institui o poder teológico-político, isto é, uma política dirigida e comandada pela religião, ou melhor, pelos detentores do poder religioso. Dessa maneira, sacerdotes e teólogos fazem crer que as leis políticas não foram instituídas pelos próprios homens, mas pela vontade de Deus ou dos deuses e que esta foi revelada a alguns que, por isso, têm direito divino de dominar e comandar os demais. Nascida do medo supersticioso, a religião está, portanto, a serviço da tirania, e esta é tanto mais forte quanto mais os homens forem deixados na ignorância da verdadeira natureza de Deus, das verdadeiras causas de todas as coisas e da origem humana do poder político (CHAUÍ, 2004, p. 264).

Houve a intitulação de certas políticas destinadas a dirigir essas massas e, através do conhecimento sobre tais práticas, foram nomeados sacerdotes, teólogos, entre outros, designados como detentores do saber. Sendo assim, a massa precisa estar em contato com essas pessoas para poderem estar mais próximas de Deus, pois é através desses que contém o conhecimento que Deus passa suas revelações para serem transmitidas a massa já que os sacerdotes tem mais intimidade com ele. Aos detentores do saber é dado o controle sobre determinada população, no qual eles, com o saber passado por Deus, julgam e punem através das revelações que Ele lhes dá, criando dessa maneira, um ciclo de medo do julgamento, que se inicia na terra e passa à divindade.

A fé e a razão divergem em diversos pontos:

Para a alma religiosa, *há* um Deus; para a Filosofia, é *preciso provar a existência* da divindade. Para a alma piedosa, Deus é um ente perfeito, bom e misericordioso, mas justo, punindo os maus e recompensando os bons. Para a Filosofia, Deus é uma substância infinita, mas é *preciso provar* que sua essência é constituída por um intelecto onisciente e uma vontade onipotente (ibid, p. 266).

Por se tratar de algo embasado na fé, a religião teve que dar suporte a esses

e outros questionamentos feitos ao longo da história. Através de estudos, procurou-se responder essas questões oferecendo provas racionais, conceitos e teses, passando assim a ser vista como uma ciência - a teologia - responsável por oferecer respostas e transformar as histórias sagradas em doutrinas. Porém, algumas indagações permanecem sem serem respondidas. “Não há como provar racionalmente que Jeová falou a Moisés, no monte Sinai. Não há como provar racionalmente a virgindade de Maria, a encarnação do Filho de Deus, a Santíssima Trindade, Eucaristia” (CHAUÍ, 2004, p. 267).

A religião trouxe, sem dúvida alguma, um grande progresso moral à humanidade. A meta de vida moral foi colocada mais alto, numa santidade, sinônimo de um amor perfeito, e que deveria ser buscada, mesmo que fosse inatingível. Mas não se vai negar, também, que os fanatismos religiosos ajudam a obscurecer muitas vezes a mensagem ética profunda da liberdade, do amor, da fraternidade universal (VALLS, 2005, p.37).

Chauí (2004, p. 268) explica acerca do papel da religião e de sua importância:

Oferecer princípios para a ação moral e fortalecer a esperança num destino superior da alma humana. Sem a crença em Deus e numa alma livre não havia humanidade, mas apenas animalidade natural; sem a crença na imortalidade da alma, o cumprimento do dever não seria o sinal de nossa destinação futura numa vida superior.

Assim, sem uma ideia religiosa, mesmo que mínima, o sujeito não teria o porque obedecer a certas normas e regras definidas socialmente. Tudo o que seria feito na terra, seria pago na terra. Com a possibilidade de uma vida eterna, o sujeito deve acatar certos padrões para que não continue sendo punido eternamente.

3.3 CONCEPÇÃO DA PSICANÁLISE

A religião pode ser encarada, através da visão psicanalítica, como uma forma de “projetar o futuro a não ser utilizando o seu passado” (GUIMARÃES, 1999, p. 42).

O objeto de satisfação através da religião surge como uma motivação para uma vida mais digna. “A estrutura psíquica do homem é tal que a felicidade completa está-lhe sempre fora do alcance” (DAVID, 2003, p. 36). Trata-se de uma busca para preencher a angústia pertencente a todos os seres. Em Salmos (cap. 23, v. 1-4, 2002, p. 659), pode-se notar essa busca:

O SENHOR é o meu pastor: nada me faltará.
 Ele me faz descansar em pastos verdes e me leva a águas tranqüilas.
 O SENHOR renova as minhas forças e me guia por caminhos certos, como ele mesmo prometeu.
 Ainda que eu ande por um vale escuro como a morte, não terei medo de nada. Pois tu, ó SENHOR Deus, estás comigo; tu me proteges e me diriges.

Uma sociedade sem pai seria uma sociedade sem leis. “No lugar do pai protetor da infância, o homem adulto põe o Deus, Pai, Todo-Poderoso, a quem se deveria louvar e dar graças em todo o tempo” (DAVID, 2003, p.14). Com isso, a busca por esse pai se dá de uma forma diferente na vida adulta, através de alguém que o substitua possibilitando um ensinamento de leis e normas sociais.

“O ponto de mira é a salvação do homem, através de uma idéia de Bem, ditada pela consciência, que seria capaz de fazer claramente a distinção entre este e o Mal” (David, 2003, p. 21). Dentro dessa ideia se dá a base da religião. No caso dos detentos, estes estão privados de liberdade em função de algo que tenham feito, algo visto como “mal”. A busca pela religião pode ser entendida como uma forma de reverter esse mal feito, buscando agora o “bem”.

Em 2 Coríntios (cap. 5, v. 17-18, 2002, p. 296), pode-se observar o que foi mencionado:

Quem está unido com Cristo é uma nova pessoa; acabou-se o que era velho, e já chegou o que é novo.
 Tudo isso é feito por Deus, o qual, por meio de Cristo, nos transforma de inimigos em amigos dele.

Sendo assim, os que seguem a Deus estão lançados a uma nova vida sem pecados, no qual há possibilidade de um futuro melhor. A carga objetual ao passo em que no passado os indivíduos de estudo enfrentaram problemas com a lei, passa a ter a religião como uma projeção para uma vida melhor.

Dentro de uma visão cristã, o Pai, Deus, é visto como quem livra do mal “[...] o pedido de “livramento do mal” é dirigido ao Pai: “Pai nosso [...] livrai-nos do mal” (Risè, 2007, p. 21). Dessa forma, a identificação com o Pai pode ser entendida como uma busca de um livramento. O Pai é quem irá mostrar a eles esse direcionamento para o bem, independente dos erros passados.

Assim, há uma identificação do pai genitor e do Pai criador, alguém que o conheça intimamente, até mais que seu genitor. Em Salmos (cap. 139, v. 1-6, 2002, p. 757) é possível ver essa relação de intimidade com o Pai criador:

Ó SENHOR Deus, tu me examinas e me conheces.
Sabe tudo o que eu faço e, de longe, conheces todos os meus pensamentos.
Tu me vê quando estou trabalhando e quando estou descansando; tu sabes tudo o que eu faço.
Antes mesmo que eu fale, tu já sabes o que vou dizer.
Estás em volta de mim, por todos os lados, e me proteges com o teu poder.
Eu não consigo entender como tu me conheces tão bem; o teu conhecimento é profundo demais para mim.

A relação com Deus pode ser vista da seguinte forma, proposta por Risè (2007, p.32) “o seu lugar é preenchido por aquela mania de controle sobre a existência, preocupada e ansiosa, característica da neurose obsessiva”.

Na neurose obsessiva, esse controle é entendido como Deus sendo “[...] o pai todo poderoso. É o pai não castrado, é o pai que pode tudo” (MELMAN, 2004, p. 94). Com isso, possui o controle sobre tudo, controle este que a neurose obsessiva está sempre buscando.

A culpa na neurose obsessiva é um processo marcante. Relacionando o processo sexual na neurose obsessiva e na religião, ambos se percebem como pecadores, buscam a salvação através de seus rituais e acreditam que é possível resguardar-se para isso. “Renúncia ao desejo (tentação) e proteção contra uma punição (desgraça) sempre iminente parecem estar na base da religião e da neurose obsessiva” (DAVID, 2003, p.37).

Melman (2004, p.97) explica que “o problema do desejo é que seu objeto se situa fora da lei”. Na religião, o desejo sexual, assim como o ato sexual é permitido

após um cerimonial que irá possibilitar isso. Porém, o desejo já está presente antes que isso ocorra e o ato em si é encarado de forma negativa, como pecado, trazendo assim um processo de auto-culpa.

Tais mecanismos podem ser observados na religião, como tentativa de negar suas pulsões. Quando um pensamento ou sentimento pecaminoso lhe toma a mente, em seguida, os mecanismos entram em ação para que não seja possível um incomodo do consciente. Com isso, permanecem no inconsciente até que seja possível que se manifeste de alguma forma.

Freud (1907, p. 109) em seu artigo *Atos obsessivos e prática religiosa*, fala sobre os cerimoniais neuróticos onde as define: “[...] consistem em pequenas alterações em certos atos cotidianos, em pequenos acréscimos, restrições ou arranjos que devem ser sempre realizados numa mesma ordem, ou com variações regulares”, havendo assim semelhança com práticas religiosas, visto que as mesmas ocorrem dentro de uma lógica sequencial. Tanto nos cerimoniais neuróticos, quanto nos cerimoniais religiosos, é possível ver uma inquietação, um remorso consciente consequente de uma falha ou uma não realização dos atos.

Os instintos são vistos como tentações, havendo assim uma repressão dos impulsos instintuais. Os cerimoniais aparecem como forma de proteção contra as tentações, gerando assim ansiedade sobre o controle dos mesmos, com isso são criadas proibições para facilitar a repressão dos instintos. Pode-se observar em Salmos (cap. 18, v. 1-3, 2002, p. 653) a busca de proteção contra as tentações e a tentativa de se esconder (esconder impulsos):

Ó SENHOR Deus, como eu te amo! Tu és a minha força.
O SENHOR é a minha rocha, a minha fortaleza e o meu libertador, O meu Deus é uma rocha em que me escondo. Ele me protege como um *escudo; ele é o meu abrigo, e com ele estou seguro.
Eu clamo a Deus, pedindo ajuda, e ele me salva dos meus inimigos.
Louvem a Deus, o SENHOR!

A presença de alguém superior aparece como justificativa para o sofrimento, a destruição e as diversas desgraças presentes no cotidiano. “A partir daí, tudo o que acontece no mundo passa a ser visto como “expressão das intenções de uma inteligência superior”. Este Pai (Todo-Poderoso), embora escreva por linhas tortas, ordenaria tudo – segundo a visão religiosa – para o melhor” (DAVID, 2003, p. 40). Há portanto, um controle sobre tudo, diminuindo assim a ansiedade de precisar

controlar. O sentimento de liberdade vem em decorrência da liberdade dessa angústia.

A busca de um pai, de uma lei se dá na religião pela identificação desse papel com o Pai, o Todo-Poderoso, que perdoa os pecados e guarda para cada um algo especial. No ambiente de encarceramento, há uma regressão conseqüente de uma punição, a privação de liberdade, o que faz com que os cativos busquem um pai, que nesse momento aparece com um Pai supremo. O presente trabalho se dá em torno dessa relação de privação e busca do pai.

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 UMA LEI NO PALETÓ

A lei, para a psicanálise, é inserida na vida de um sujeito ainda nos primeiros anos de vida, porém, a busca pela mesma é algo constante. Através da transferência, muda-se o objeto, mas a busca continua sendo a mesma. A princípio, a lei é estabelecida com os pais, após isso, no ambiente escolar, na sociedade, enfim, a lei está presente em diversos campos da vida.

No caso dos sujeitos de pesquisa, os mesmos transgrediram de alguma forma a lei social, que é estabelecida para o convívio em sociedade. E por isso foram isolados, como visto no segundo capítulo, como forma de uma possível reintegração. Os sujeitos serão identificados por nomes fictícios, retirados de suas próprias falas, são eles: Dom do Negócio, Clínico Geral e o Inocente.

O fato de estarem presos remete à pergunta, presos à que? Pegando pela questão simbólica, todos os sujeitos estão presos a uma questão maior que apenas estarem sem liberdade. Os sujeitos estão presos a uma questão relacionada com a lei, com a busca de uma lei. Pegando no sentido simbólico, penitenciária, vem de penitência – como visto no segundo capítulo – onde o sujeito se penitenciará durante o tempo em que estiver inserido na instituição. A penitência se dá tanto pelo indivíduo como pelo próprio sistema. O Clínico Geral traz isso de forma clara ao dizer que *essa parte da culpa, realmente eu fico me penitenciando*. Ou seja, a penitência está intimamente ligada a questão de culpa.

Com o passar dos tempos, foi sendo passado para as gerações mais novas conceitos diferenciados. Como por exemplo, para as gerações mais antigas, não era necessário documentação para comprovar a palavra de alguém como nos dias atuais. Antigamente a palavra de uma pessoa valia como uma assinatura, a pessoa falava algo e aquilo era lei. Hoje em dia, a palavra já não tem tanto peso, com isso os cartórios passaram a ter mais trabalho registrando documentos que comprovem a fala de uma pessoa.

No tempo contemporâneo, as coisas não tem mais tanta validade. Um celular

hoje pode ser o último lançamento, mas amanhã já estará ultrapassado. Antigamente vendia-se celular, televisão em bom estado para se comprar outro. Hoje dificilmente essas coisas passam do prazo de um ano com alguém e dificilmente funciona muito além disso. Ao se comprar algo, esse objeto já vem com um prazo de validade pré-determinado, o que estimula seu comprador a já pensar no próximo que comprará após um determinado tempo.

Com isso, a cultura passa a ser uma cultura de substituição, onde é necessário ter sempre o melhor, e sempre estar trocando. Para fazer parte dessa cultura, é necessário obedecer a lei da moda, a lei do momento, seja da forma que for.

O ato de roubar, de se apropriar do que é do outro é definido como "Subtrair (coisa alheia móvel) para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistir [...]”(HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 2478).

Dessa forma, algum motivo teve para que os sujeitos praticassem esse crime.

Tais fatos podem ser observados nas falas dos entrevistados. Para o Dom do Negócio, a motivação para seu crime foi o fato de querer estar sempre na moda. O fato de ter vindo de uma *família pobre*, fez com que crescesse uma *inveja* por determinadas coisas. O fato de ver um *tênis bonito, uma roupa bonita, e não ter condições para comprar* impulsionou o sujeito para o mundo do crime. Através desse sentimento, e apoio dos *irmãos* que moravam na favela também, o incentivo a *fazer um furto, roubar* fez com que o mesmo adquirisse o *Dom do Negócio*.

Porque o negócio acho que é gostoso sabe senhora, dinheiro rapidinho, compra pá. E outra, eu tava assim né, eu não tava trabalhando. Se ele for trabalha, ele vai compra uma calça, porque ele gosta de andar na moda e pá, paga de gatão lá, não sei o que lá, anda bem vestido e tal. Então se você compra uma calça, não pode comprar um tênis, tem que esperar trabalhar outro mês pra pode compra no outro mês. Ai até você compra de novo, compra o tênis, aquela calça já saiu de moda. Então você não ta acordado na moda, e moda passa muito rapidinho, três mês já ta passando e você tem que ta acompanhando o ritmo. Então roubando é rapidinho né senhora, já comprava tênis, calça e camisa, andava de relógio no pulso, cordão de ouro no pescoço e.. assim ia né senhora.

Assim, passou a ter *gosto pelo dinheiro rapidinho*, dinheiro fácil. A questão de estar inserido em uma determinada moda faz muita diferença para esse sujeito, ao passo que foi necessário cometer crimes para isso. Ainda que tenha a consciência de que *lesou muitos já*, a sua insistente busca permaneceu.

A busca de sua lei se deu através da lei social, em que é necessário estar dentro de um determinado padrão - no caso, a moda - para ser inserido em um determinado grupo. Obedecendo essa lei, ele buscou essa apropriação pelo fato de não ter recursos próprios para obter o que desejava.

Ah senhora, eu comecei a roubar em casa sabe senhora. Comecei a roubar em casa, assim, eu gostava de soltar pipa, eu fui fã de pipa sabe senhora, ixi, foi a época que mais briguei na minha juventude foi a época de soltar pipa. Então não tinha como comprar linha, eu comecei. Eu sabendo que o meu pai guardava dinheiro no paletó, eu ia lá e roubava do paletó dele, ai eles me bateram, falou não, você ta roubando dentro de casa. Ai eu fiquei sabendo, o negócio não é roubar dentro de casa, é roubar de fora pra dentro. Ai eu comecei a roubar pra fora, não roubava mais pra casa. E onde eu pudesse roubar eu tava roubando né senhora.

A busca desse sujeito se deu primeiramente dentro de casa, e após a castração do pai (o interdito do pai), ele passou a buscar na rua, ainda nos pertences dos outros, algo que completasse o *vazio louco dentro do coração*, algo que interrompesse o *desassossego* que ele sentia e fizesse parar o fato de *o mundo cair na cabeça dele*.

Ai aconteceu esse acontecimento comigo que eu senti que o mundo tava tudo caindo pra cima de mim sabe senhora. Sei lá, a grande besteira que eu fiz que.. e eu também já senti também, um aperto no coração sabe senhora, um negócio, um vazio e eu tava com dinheiro, ouro, pá. O que que ta faltando? Tinha revolver né, eu andava armado, tava bem vestido, roupa da moda na época. Mas tinha um vazio louco dentro do coração sabe senhora, e não entendia aquilo. Ai começava a beber e usar droga e aquilo sumia por um tempo, ai a droga tampava aquele.. mas depois voltava de novo aquele vazio dentro do coração sabe senhora [...]

A forma encontrada de preencher esse *vazio* foi através do *dinheiro, roupa, arma*. A arma, pegando pelo sentido simbólico representa uma questão de poder, algo que coloca as pessoas ao redor em estado de medo. Porém, ao mesmo tempo em que ele busca preencher esse *vazio*, esse *buraco*, ele também o procura para fugir da lei. *E assim né, você sempre tem esperança de sair lá fora, fugir, achar uma brecha, vê uma falha pra cair na rua de novo e começar tudo de novo, pensava assim né.*

Dessa forma, o sujeito diz sobre o seu desejo de encontrar um buraco na lei, ao passo que a prisão pode ser encarada com a casa das leis. Busca por uma *saída de emergência*.

Ai chego a noite, foi chegando a noite, ai de madrugada ai veio a polícia na minha casa, aqui que mora o fulano de tal? É, e tal. Ai eu já né, tinha um buraco na minha casa, que tinha um lugar lá que tinha tipo uma saída de emergência você ta entendendo, ai eu já né, por aquele buraco já sai entendeu.

Ou seja, quando a lei aparece de alguma forma - como no caso, a polícia – ele consegue encontrar um *buraco*, uma *saída* para fugir disso.

O Dom do Negócio pensava que *cadeia não* estragava mais a *vida de ninguém*, quando era preso, ficava *esperando sair dali para roubar, fazer alguma coisa*, apesar de ter vivenciado diversas situações de tortura em cadeias, delegacias e afins, onde passava por *humilhação*, já ter apanhado muito, passado por *corredor polonês*.

Muita humilhação senhora. Já passei assim, de ta em xadrez assim, os guarda pega tudo os colchão assim, joga água no chão e ter que dormir cocado, não poder dormir porque ta tudo molhado. Então já passei muita covardia já.

O sujeito, ao mesmo tempo em que se refere à prisão como não fazendo mal a ninguém, entra em contradição quando diz que já passou por várias situações enquanto estava inserido na mesma.

No caso do Clínico Geral, essa busca de preencher o vazio se dá através de uma identificação com o pai, já que o mesmo vê seu *pai* como *perfeito*. Sua busca se dá através da necessidade de ser o *melhor*. Essa busca é encontrada em seu discurso de forma ambivalente. A princípio, sua dedicação era em prol do trabalho.

Com 16 ano eu já trabalhei, desde os 13 anos de idade eu fixei, fixei minha carteira como estofador, mexia com sofá. Trabalhava, inclusive lá onde eu trabalhava, eram pessoas adultas e eu superava eles na produção e até, então eu era esforçado, tinha vontade de ser alguém na vida, mas o dinheiro ia pros meus pais. [...] Ai eu comecei a analisa, e.. 16 anos, eu já tava naquela fase assim, de impulso mesmo né. E.. foi quando a empresa faliu, eu tive aquela frustração. Trabalhei a vida inteira, quando pensei que naquela firma eu podia fazer o acerto pra daí dar entrada no lote pra mim, poxa, eu fui esforçado. Nem mesmo namora na época eu podia ter porque a gente vivia numa baixa estima, uma baixa estima assim que parece que até quando ia falar com alguém não saia nada na garganta. Parece que a gente era menos.

Até então, o sujeito de pesquisa utilizava esse *condicionamento* aprendido pelos pais para o trabalho. Começou a trabalhar com *sete anos*, vendendo *geladinho* com o *irmão*, *ajudando em casa*; com *oito anos*, *trabalhar no sítio*. O dinheiro que

recebia ficava todo com seus pais, que eram quem administravam como seria gasto.

Mas nada que eu ganhava era meu [...] eu ganhara pros meus pais. Minha mãe fazia as roupinhas pra nós e tal, e tipo, infelizmente, nós era criança esforçada, mas não tinha aquele amor [...]. os desejos de uma criança, um adolescente, começando já uma pré-adolescência, 11, 12 anos, não era satisfeito, porque eu tinha os meus gosto, e não era.. isso não era visto, eu simplesmente obedecia, passava em branco a parte que eu queria.

O Clínico Geral, através da identificação com o pai, cala seus desejos de adolescente como tentativa de conseguir abstrair o amor do mesmo. Pegando pelo simbólico, ele permitiu que passasse *em branco* a parte que ele queria, porém, há uma parte que ele não permitiu, por algum motivo, que passasse em branco. Dessa forma, é possível observar as ambivalências em seu discurso, através da confusão entre o que ele quis e o que ele não quis que passasse em branco.

Ao mesmo tempo em que ele se refere ao pai como sendo *uma pessoa boa, perfeito na forma dele*, ele relata também que seus pais são *pessoas ruins, pessoas duras, que tudo pra eles tem que cobrar*. Através dessa tentativa de passar em *branco* o que ele queria, ele tentou fazer com que a pessoa ruim, dura e que só sabia cobrar do pai passasse em branco também, para que ficasse a imagem de uma pessoa *boa e perfeito*. É criada uma fantasia em torno da imagem do pai, consequência da identificação com esse pai, que não permite que ele seja destituído.

Com a falência da empresa em que trabalhava, o Clínico Geral viu que não seria mais possível o acordo feito com o pai.

Daí eu comecei.. a firma faliu, foi quando a estofados e conforto faliu na época. Eu lembro a data. Ai meu pai pediu esperança, "Ó meu filho, vamo trabalha e vamo construí a nossa casa, tudo junto, vamo compra um carro pra família". E foi construído, foi comprado um carro, na época era um carro bom, nós conseguimos. A casa, até inclusive hoje ela ta lá, mora um casal de velho, ela tem 12 metro por 13 de comprimento. Ou seja, não foi nada planejado, foi planejado de uma forma errada. E quando chego na época, o pai tinha falado vamo construí tudo o que nós faze aqui, família unida, e depois nós vai compra um lote pra vocês, vai construí pra vocês. Mas isso meu irmão já tava com 20 e poucos anos, já tava no tempo dele né, mas ele não tinha nada assim pra isso. Ai eu comecei a analisa, e.. 16 anos, eu já tava naquela fase assim, de impulso mesmo né. E.. foi quando a empresa faliu, eu tive aquela frustração. Trabalhei a vida inteira, quando pensei que naquela firma eu podia fazer o acerto pra daí dar entrada no lote pra mim, poxa, eu fui esforçado.

Como forma de não aceitar uma falha no discurso do pai – já que o pai havia

dito que compraria lote para os filhos, e com a falência da empresa não haveria condições - surgem as drogas, para que os questionamentos sobre esse pai que condiciona seu filho a vida toda a apenas *obedecer* não possam tirá-lo desse lugar de perfeição. Assim, os questionamentos feitos a respeito desse pai, que pudessem quebrar essa fantasia de perfeição, foram tamponados pela droga, como forma de negar a falha do pai.

O Clínico Geral ainda fala sobre a casa que não teve um projeto, *não foi nada planejado, foi planejado de uma forma errada*. Assim, pegando o simbólico, o mesmo fala sobre a estrutura de sua casa, sua família, dizendo assim que sua família não era estruturada. Sua tentativa foi de estruturar essa casa, mas seu projeto *foi planejado de uma forma errada, planejado através das drogas e do crime*.

Ai já pensei em me dedicar o melhor naquilo né, eu nunca briguei na minha vida, não sou que nem essa piasada mais depravada; eu to interado nisso, eu tenho que me atualiza. Eu pensei assim, bom, a melhor forma de representar bem essa cena é, na nossa linguagem nós falava, tem que ser muito louco (risada). É, ser muito louco e acabei me especializando nisso, em ser muito louco. [...] Comecei a usa até droga pesada, no caso, hoje em dia né. Já que eu tinha que me especializa e ser muito louco, as piores delas eu tinha que ser participante delas porque se não, se não po, eu ia ser um fuleragem (risada). Então aconteceu que eu acabei usando droga, cocaína, não parei né, vamos dizer assim, clinico geral. Exceto as droga sintética no caso, eu nunca usei isso, graças a Deus pelo menos disso eu posso me orgulha, mas fui um clínico geral.

Dessa forma, o Clínico Geral tinha que ser o melhor no que fazia *para ser alguém*, para ser notado pelo pai e deixá-lo *faceiro*. Após o encarceramento, sua busca permaneceu sendo pela tentativa de agradar o pai e colocá-lo no papel de *perfeito*.

Na PIC comecei a fazer, tudo que aprendi,, comecei aula de instrumento de assopro. Eu chegava, olha pai, to aprendendo isso, isso, ele ficava faceiro. Meu pai tá faceiro eu fico faceiro. Eu vim pro CDR, fiquei uns tempo ali né, fiquei 6 meses só. Eu sempre tentava dizer que eu tava fazendo alguma coisa e que eu tava progredindo né. [...] o seguinte pai, eu tenho uma rapaziada aqui que ta precisando que eu faça uns pedido assim pro juiz, aprendi a fazer os pedido formal e tal. Daí ele ficou faceiro, “ah meu filho, se marca, ele parece com advogado”, só pra ele fica faceiro. São pessoas simples, se convencem fácil. Aqui, eu morei com um rapaz que é paraguaio, acho que é, e fala espanhol. Daí eu pensei, o que eu posso aprende com esse daí. Daí eu vi que ele começou a ler uns livros em espanhol, eu peguei aqueles livros, não entendia nada, e comecei a incomoda ele. Ele tava lendo, eu fazia ele para a leitura pra me ensina.

Sua busca permanece na tentativa de corresponder à sua fantasia sobre esse

pai. Na verdade, na fantasia criada de que o pai deseja que ele seja perfeito. A identificação faz com que ele responda de forma que, ao seu ver, seria a forma que o pai gostaria que ele agisse. Seus comportamentos ambivalentes (melhor no trabalho, melhor no crime), passam agora a ser de acordo com o que pensa ser o desejo do pai.

No caso do Inocente, a lei surge como uma negação de seus crimes, para que assim o mesmo não precise ser punido. Essa negação tem o caráter de protegê-lo de uma possível castração. *Daí eu fui preso depois de uns dias fui preso e não pude provar a inocência e daí né que...* Quando não houve um ensinamento sobre como lidar com as perdas, as feridas. O indivíduo enxerga essas perdas como sendo inaceitáveis, não conseguindo assim internalizar normas e leis sociais.

A rejeição da realidade e recusa de aceitar as leis, pode ser encarada como uma negação da realidade pelo fato de ser uma realidade perigosa, não entrando em contato com essa realidade perigosa, não há motivo para uma castração. Esse horror a castração aparece através da negação das suas pulsões que causam perturbação ao sujeito ao passo que o mesmo deve responder a elas de forma que possa, rapidamente, negá-las.

Então a religião, ela não fica ali acarcando a pessoa, não fica ali crucificando, julgando a pessoa todos os dias, cometeu um erro, a pessoa ta ciente que cometeu um erro, a pessoa tem consciência que aquilo lá era um erro ele cometeu, então não precisa eu todo dia joga na cara ou qualquer outra pessoa joga cara que ele cometeu um erro, ele ta ciente, não precisa ele se lembrado todos os dias.

A religião é empregada como sendo uma lei. O sujeito aqui mostra sua dificuldade em aceitar a lei, quando diz que *não precisa eu todo dia joga na cara*. Ou seja, não é necessário lembrar que há uma castração. Não consegue se implicar com seus atos, com suas pulsões, sendo necessário assim intervir através da rejeição dessa satisfação.

A negação dos impulsos faz com que o mesmo possa continuar buscando sua satisfação, enquanto conseguir fugir da castração. Rejeitando a realidade, ele rejeita seu ato, não tendo o porquê de ser castrado, criando uma fantasia de inocente, assim essa recusa é um recurso do sujeito frente ao real da castração.

Não tem como, entendeu? Eu pega e deixa uma pessoa me agredi um monte, entendeu? Eu fui preparado desde criança, entendeu? Meu, meu pai

né cara, teve treinamento do exército, me treino eu, é uma cultura que vem de família, treinamento de espada, entendeu? Eu tenho um preparo pra minha defesa, entendeu? Tudo se poderia perceber que, em momento algum precisou uma pessoa, ela me segura, ou me manda pára, entendeu? No momento em que os agente chegaro eles só pegarão ele, entendeu? Porque eu não precisou, entendeu? Eu estava com a minha mente tranqüila, entendeu? Que eu apenas precisava me defende, entendeu?

Essa luta de espadas pode ser entendida como uma luta pelo fôlo. Simbolicamente, a espada tem uma função semelhante à da arma, de demonstração de poder. Pode-se entender assim que há uma competição com o pai pelo poder, que é imediatamente negado quando diz que tem a *mente tranqüila* e que ninguém precisou segurá-lo. Ao mesmo tempo em que diz ser treinado para se defender, o mesmo se contradiz dizendo que tem a *mente tranqüila*. Há uma luta, um *treinamento* para sua *defesa*, que são as pulsões iniciadas com a questão do pai. O que o remete a pensar a questão com a lei, uma luta com a lei, entre transgredir ou não.

Eu não sabia a certeza, o que era a razão entendeu? Eu era uma pessoa duvidosa, até porque me criaro no sitio e quando eu fui conhece a cidade, conhece a polícia essas coisas eu já tive esse poblema, então eu era uma pessoa cheia de dúvida, entendeu? Eu não tinha um pensamento fixo, certeza, entendeu?

O pai do Inocente exercia socialmente uma postura de lei pelo fato de ter passado pelo exército, já havendo assim a questão da lei social inserida, uma lei real. Mas a disputa e contestação do poder leva a uma desmoralização dessa lei, quando ela é negada. Ao dizer que desconhecia a *polícia*, o sujeito está dizendo que desconhece o papel do pai. “A satisfação que provoca desprazer é desviada de seu curso e encontra âncora no sirtoma”. (FERREIRA, 2000, p. 53). Sendo assim, negando o crime, o Inocente nega a lei e nega o pai.

4.2 FAZENDO LIMPEZA COM O JOELHO NO CHÃO

Dom do Negócio buscou preencher o *vazio*, deixando as *saídas de emergências* de lado quando encontrou a Deus. Mesmo após ter passado três vezes pela *mesa de UTI*, baleado, sendo a primeira vez aos treze anos, continuou no

crime.

[...] fui parar na mesa de UTI duas vezes fui parar na mesa de UTI. Então eu sei como é ta preso, como é ta numa mesa de hospital ali, com tua vida não valendo nada ali né, mas pela misericórdia de Deus mesmo, custei mais acreditei.

Aqui o sujeito relata que custou a aprender a dar valor à sua vida, que mesmo estando perto de perdê-la por duas vezes, permaneceu na criminalidade. A lei que até então regia a vida do sujeito era a lei da rua (onde a marginalidade e a transgressão ‘correm soltas’, onde reconhecem que há uma lei maior [sempre tem um buraco para sair ou fugir quando a polícia vem] mas negam, fazendo valer a lei do grupo transgressor) ainda da lei social, sendo tomado pelos desejos do Id. A lei que até então que regia a vida do sujeito tratava ainda da lei social, sendo tomado pelos desejos do Id. Ao dizer que custou, mas aprendeu, o sujeito pode estar se referindo à questão da lei, custou, mas acreditou que poderia continuar vivo e através da introjeção da lei, no caso a lei divina.

Com isso, aquele sentimento de *vazio no coração*, a busca por *ouro, roupas, revólver*, o buraco que o levava a *beber e usar droga* que *tampava* tal sensação foi substituído quando houve o encontro com Deus.

[...] mas depois voltava de novo aquele vazio dentro do coração sabe senhora, era a falta de Deus na minha vida sabe, Ele me chamando, chamando e eu não entendendo, sabe, os mistério. E outra eu já tava com uns pensamento muito estranho na minha vida, antes de ser preso de parar com o crime, que pelas cadeia que eu já tinha tirado, eu achava que tinha que para, tinha todo um.. vou falar espiritualmente, nós ta falando espiritualmente, então o inimigo sentindo aquilo ali, que ele já tava já.. ele vendo eu já não tava a serviço dele, já como, vamos dizer, o empregado dele, já não empregado mais útil pra ele, então ele já tava querendo ceifa minha vida e foi profetizado sabe senhora.

Segundo a crença do Dom do Negócio, uma fala da *professora coitada* que falou *não quero ver você estampado em foto no jornal, sabendo que você ta morto ou ta preso*, foi entendida por ele como uma profecia para a vida dele, e que na época ele *nem tchum*. Em um segundo momento, houve uma *senhora*, responsável por algo que *foi profetizado*, e que aconteceria em sua vida.

“[...] Deus falo pra eu falar um negócio pra você”, “Deus falou pra falar um negócio pra mim? Ta senhora.” “Deus mandou falar pra você, pra você procura uma igreja, o inimigo vai atrás de você se não for pela misericórdia

de Deus”. “Ah senhora, reza lá por mim lá e tal né”.

Essas profecias podem ser encaradas como algo que atravessou o sujeito do inconsciente. Na medida em que o Dom do Negócio diz que estava *nem tchum* para a professora, mostra que na verdade foi algo significativo para a vida dele, ao passo que se passaram anos e ele ainda se lembra do que foi *profetizado*.

A religião veio ao encontro com o desejo de ser *liberto das drogas e bebidas*. *Fez transformação da mente, fez e ta fazendo limpeza* daquilo que estava *enraizado, as coisas negativas que aprende nesse mundo*.

Dom do Negócio relata que houve um *acidente* na sua vida, acidente este que pode ser entendido como um erro da pulsão, ou seja, a “mola” que impulsionava a busca de satisfação a nível inconsciente, tomou um caminho diferente do esperado, levando-o a buscar outras formas de satisfazer seu desejo, que foi encontrada através do crime. Após esse fato, de estar *preso*, de enfrentar a morte, através do processo de culpa, buscou algo que lhe livrasse da mesma.

[...] a gente pede perdão, sei que Jesus já me perdão, eu não posso ficar me culpando também né senhora. Se eu sei que Ele já me perdão né, não vou ficar né...[...] me culpando daquilo. Não vou fazer mais agora. Ele falou “vai e não faz de novo”, então agora eu to seguindo minha vida, já que eu to preso.

Como tentativa de *tampar* o sentimento de *vazio, mal estar, de tudo caindo em cima* dele, resolveu fugir para o Paraguai, quando tudo estava *caindo em cima* de sua *cabeça*, com a *mente a mil*, escutou *pelo rádio a Palavra de religião*. Foi quando sentiu *no peito que tinha que fazer uma oração*, que havia *uma coisa incomodando dentro* dele. Foi quando botou o *joelho no chão* e falou “*Senhor, o Senhor quer que eu siga o Senhor na obra do Senhor? Então, se eu voltar pro Brasil eu vou seguir!*” *E onde eu me encontro? Me encontro no Brasil [...]*

A partir dessa oração, pode-se entender que o Dom do Negócio deixou um espaço para se encontrar. *Me encontro no Brasil*, pegando pelo deslizamento do significativo, leva a pensar sobre o encontro do que estava perdido. O sujeito encontrava-se perdido no *Paraguai*, sem saber *fala aquela língua*, questionando-se *Meu Deus, o que eu vim fazer aqui dentro do Paraguai*. O que estava perdido no Paraguai – pode ser visto como sendo a lei, uma vez que ele estava foragido - foi encontrado do Brasil – a lei foi encontrada através da penitenciária, lugar de

penitência, a casa das leis, e através da lei divina, visto que o mesmo se dispôs a seguir o *Senhor*. Assim o sujeito encontrou o que buscava após ter feito tal questionamento em oração, que levou-o ao encontro de sua busca, o encontro com as leis, em especial a lei divina que passa a sensação de completude, ou seja, preenche todo *buraco*, tirando assim qualquer *vazio*.

Dessa forma, na penitenciária, através da penitência, ele encontrou uma forma de deixar sua história para trás, *fazendo limpeza* na sua vida, iniciando assim uma nova vida em Cristo. Seus erros foram deixados para trás com a finalidade de que o mesmo não os fizesse novamente. Conseguiu encontrar uma segunda chance para iniciar algo diferente, que está sendo feito vivenciando a Palavra. Libertando-o dessas transgressões vivenciadas desde sua infância, conseguindo colocar ordem naquela vida de *bagunça*.

Comentando sobre sua família, Dom do Negócio relata o seguinte: [...] *minha família senhora, é igual o que eu falei, igual de muitos brasileiros que tem ai né senhora. Meu pai bebia, vida de adultério, minha mãe adulterava, meu pai adulterava, aquela bagunça né, e ai [...]*. Assim, o sujeito internalizou a lei como sendo transgressora, ao passo que é uma quebra de lei o adultério dentro da questão religiosa.

A pulsão de morte é algo significativo para esses sujeitos. O fato de ter uma possibilidade de se redimir de seus erros, podendo habitar no reino dos céus. No caso do Clínico Geral, tal questão torna-se clara quando este relata que havia *um certo tipo de medo* quando estava prestes a cometer um crime, *pensava pô Deus, e agora? O que fazer?* Esse pensamento representa a presença do Super-eu trabalhando para impedir que o Isso pudesse tornar-se o único a controlar as pulsões do sujeito.

Ter levado *um tiro* e ter se fingido *de morto* para sua *sobrevivência*, fez com que refletisse a respeito de sua vida e chegou à seguinte conclusão:

[...] Na época eu tinha levado um tiro, eu comecei a analisa.. é a minha vida, tudo que passou na minha mente. Eu falei, pô Deus, eu sei que se eu morre agora, segundo o conceito que eu conheço de Deus, eu sei que tá tudo acabado pra mim. Eu fui um mal elemento, uma pessoa má, as minhas obras não tinham sido boas durante.. então eu sabia que eu taria perdido. Então foi quando eu pedi pra Deus, ó Deus, tenha misericórdia de mim, tenha misericórdia da minha alma, me dê oportunidade que eu.. eu vou procurar conhecer Deus melhor, procura servir ao Senhor mesmo.

A atuação do Supereu fez com que ele refletisse sobre seus atos, pois segundo os ensinamentos da Palavra, da lei divina, seus atos eram encarados como pecaminosos, possibilitando assim apenas uma saída para o mesmo, ser castigado por toda a eternidade tendo que habitar no inferno.

Pelo seu *condicionamento* para ser o melhor no que fazia, passou a tomar outra postura, como uma tentativa até mesmo de regredir à infância, no sentido de que quando criança era tido como exemplo na igreja.

É.. no meu caso, porque eu era uma pessoa boa quando era criança, pô, uma pessoa que todo mundo pensava que seria uma pessoa exemplar. As irmãs falavam, porque que você não seja igual ele meus filhos, depois não falavam mais isso. Hoje em dia eu quero que elas voltem a falar isso.

A busca do Clínico Geral é ainda a de ser o melhor no que faz, mas através da transferência, o mesmo muda o seu foco. *Em virtude desse exemplo de Cristo assim, dessa.. dessa coisa bonita que é ser participante.* Sua busca passa então a ser a tentativa de ser igual a Cristo, através dos ensinamento, levando o amor e *palavras sugestivas* para as pessoas. Mas ao mesmo tempo que tenta igualar-se a Cristo, o entrevistado tem consciência de suas limitações.

Sua busca através da religião é tentar provar que não é *um monstro*, como havia sido dito pelo juiz na televisão. A tentativa de agradar o pai, ao aprender algo positivo durante esse processo, pode ser visto como uma maneira de ir contra essa palavra do juiz.

Com o Inocente, a religião pode ser observada como uma busca por uma lei e usada para *conquistar um familiar*. Esse familiar pode ser entendido como o pai, que exerce essa função de lei e, aderindo à lei, o preso poderá então tentar *conquistar a sociedade*.

É... tem medo do crime, eles têm medo também dos seus problema com a lei, entendeu? Os seus problemas com a lei, acredito que isso facilita o seu caminho, né? Eles também usam a religião pra conquistar um familiar, pra conquistar a sociedade, entendeu? Então... é isso aí, entendeu?

A busca do Inocente pela da religião pode ser entendida através da procura por respeito e entende-se que seu interesse se dá mais pelo viés da aceitação social que por um desejo dele mesmo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate do trabalho ocorreu em torno de princípios que envolvem moral e lei pertencentes à religião do ponto de vista psicanalítico, considerando a necessidade do indivíduo em processo penitenciário de buscar uma lei interna, sendo que o preso descumpriu a lei externa que o levou a essa situação. Pretendeu também explorar se o fato de o detento adotar a religião o predispõe a aceitar normas de conduta e leis, se altera suas interpretações sobre o que é justo e injusto, se isso o aproxima ou o afasta da religião, se houve ou não influência no comportamento de conformação do detento com sua condição e se a fé modifica favoravelmente o comportamento do presidiário.

Foi realizada entrevista em profundidade em três sujeitos de pesquisa que se encaixaram no perfil delimitado para a mesma cuja identificação foi dada através de partes de suas falas. O conflito com a lei pode ser visto como uma forma de pegar o que é do outro para preencher um vazio interno, tenta-se tamponar com algo externo algo de caráter interno. Essa busca ocorre em dois casos como tentativa de encontrar uma lei diferenciada, seja a lei imposta pelo Nome-do-pai, seja por uma lei social regida pela moda, enquanto o terceiro sujeito nega essa busca pelo medo de ser castrado.

Para o Dom do Negócio, o conflito inicia-se com o desejo de pertencer a lei da moda, onde se fez necessário transgredir para poder alcançar tal desejo. A partir de várias passagens por diversas instituições e de se deparar com a morte em duas situações, o mesmo passa a questionar-se e passa a buscar a religião como forma de preencher o vazio que sentia. Nesse caso, a religião é entendida como uma forma de completude, preenchendo todos os espaços vazios que havia em sua vida. O fato de Deus ser misericordioso proporcionou que o sujeito tivesse uma segunda chance, possibilitou que o mesmo se sentisse limpo com relação às suas falhas e transgressões, pelo fato de ter sido perdoado.

No caso do Clínico Geral, essa quebra da lei foi consequência de uma exigência interna e uma frustração. Em função de sua criação rígida, o mesmo

aprendeu (através de um processo de identificação com o pai, que era visto como perfeito) que deveria ser o melhor em tudo que fizesse, e após uma frustração com a falência da empresa em que trabalhava, e principalmente a frustração da falha da palavra do pai, fez com que o mesmo buscasse as drogas como forma de tamponar questionamentos sobre a imperfeição do pai. Após tornar-se usuário de várias drogas diferentes, sentiu a necessidade de buscar outra forma de se destacar, surgindo assim a possibilidade de cometer o crime. Após ser baleado e ter se fingido de morto para que pudesse continuar vivo, o mesmo passou a se questionar sobre o rumo que estava levando sua vida. Resolveu, assim, buscar a religião para que, através da transferência de sua fantasia com relação ao pai, buscasse um Pai perfeito, fazendo o melhor para agradá-lo.

Já para o Inocente, a lei é vista pelas formas encontradas de fugir da responsabilidade pelo crime, sendo assim isento da necessidade de uma castração. Dessa forma, torna-se mais fácil negar a realidade do que aprender a lidar com frustrações, perdas e castração. Possui uma questão de disputa de poder com o pai, ou seja, uma disputa de poder com a lei. Quando nega seu crime, está tentando burlar a lei. A religião surge como uma lei que servirá para que o mesmo possa ser respeitado em seu meio familiar, sendo entendida como uma busca de aceitação, não sendo uma busca de seu desejo.

De igual forma é possível perceber, numa primeira análise que, com a adesão à religião, houve mudança na visão dos sujeitos, nos dois primeiros casos, sobre o que é certo ou errado pois, ao adotarem as leis da religião, já estão mais predispostos a obedecer também as leis externas. Quanto ao terceiro não ficou muito clara essa questão, pois a adesão à religião não ocorreu por convicção própria e sim por interesses outros. Para poder afirmar com segurança se as mudanças de comportamento realmente ocorreram faz-se necessário um acompanhamento a longo prazo, preferencialmente após sua reinserção social.

Percebeu-se que a religião facilita ou proporciona aos detentos que aderem a ela verdadeiramente, conformarem-se com sua condição, ao acreditarem que ali estão para purgação de seus “pecados” e que após cumprida sua pena os mesmos estarão livres pela justiça e também liberados pelo “Pai”, pois seus pecados foram perdoados, possibilitando-lhes iniciar uma nova etapa em suas vidas.

Por se tratarem de sujeitos de históricos diferentes, há a impossibilidade de generalização, não sendo possível chegar a uma resposta única para os

questionamentos. Através dessa individualidade, pode-se chegar a sugestões de diferenciação da forma de encarar a religião – lei de forma geral – decorrente das diferentes estruturas nos diferentes sujeitos. Para trabalhar tal questão, seria necessário um estudo mais aprofundado, averiguando aspectos como psicose e perversão, o que não foi possível realizar neste trabalho por não se tratar do foco de pesquisa, ficando assim sugestão para pesquisas posteriores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 2 CORÍNTIOS, Capítulo 5, Versículo 17-18. In: **Bíblia Jovem**. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil. 2052, 1632p.
- ATOS DOS APÓSTOLOS, Capítulo 2, Versículo 37-41. In: **Bíblia Jovem**. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil. 2052, 1632p.
- BLEICHMAR, Silvia. **Nas origens do sujeito psíquico: do mito à história**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- BOAVENTURA, Edivaldo M, **Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação, tese**. São Paulo: Atlas, 2004.
- BRANCHIER, Alex Sander; TESOLIN, Juliana D. D. **Direito e legislação**. Curitiba: Ibpex, 2006.
- CALLIGARIS, Contardo. **Cartas a um jovem terapeuta: o que é importante para ter sucesso profissional**. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- CERVO, Amado Luiz, **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Prentice, 2007.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2004.
- CRUZ, Eduardo R. A propósito de um texto de Habermas: a herança brasileira de um dilema da civilização ocidental : **Estudos avançados**. São Paulo, v. 18, n. 52.: set./dez. 2004. (Dossiê religiões no Brasil). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300021> acesso em 27. nov. 2009.
- CYMROT, Paulina. **Elaboração psíquica: teoria e clínica psicanalítica**. São Paulo: Escuta, 1997.
- DAVID, Sérgio Nazar. **Freud e a Religião**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- DELGADO, Juan Manoel, GUTIÉRREZ, Juan. **Métodos y técnicas cualitativas de investigación en ciencias sociales**. Vallehermoso, Madrid: Editorial Síntesis, S.A., 1994.
- DEPEN - Departamento Penitenciário do Paraná. Disponível em: <www.depen.pr.org.br> acesso em 03. nov. 2009.
- DICIONÁRIO ENCICLOPÉDICO DE PSICANÁLISE: o legado de Freud e Lacan**. Editado por Pierre Kaufmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- DUARTE, Ivo Carlos. **O papel da religião do processo de reintegração do preso à sociedade, contextualizando a penitenciária estadual de Londrina**. Londrina:

Universidade Federal do Paraná, 2002.

ELIA, Luciano. **O conceito de sujeito**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ÊXODO, Capítulo 20. In: **Bíblia Jovem**. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil. 2052, 1632p.

FERREIRA, Tânia. **A escrita clínica: psicanálise com crianças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FLICK, Uwe, **Uma introdução à pesquisa qualitativa** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRIEDMAN, Howard S. **Teorias da personalidade: da teoria clássica à pesquisa moderna**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FREUD, Sigmund. Atos obsessivos e prática religiosa (1907). IN: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. IX: "Gradiva" de Jensen e outros trabalhos (1906-1907).

_____. A dinâmica da transferência (1912). IN: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XII: O caso Schreber, artigos sobre técnicas e outros trabalhos (1911-1913).

_____. Totem e tabu (1913-1914). IN: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIII: Totem e tabu e outros trabalhos (1913--1914).

_____. Repressão (1915). IN: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIV: A História do Movimento Psicanalítico, Artigos sobre a Metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916).

_____. Sobre o Narcisismo: uma introdução (1914). IN: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIV: A História do Movimento Psicanalítico, Artigos sobre a Metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916).

_____. Uma breve descrição da psicanálise (1923-1925). IN: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIV: O ego e o id e outros trabalhos (1923-1925)

GÁLATAS, Capítulo 2, Versículo 19-21. In: **Bíblia Jovem**. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil. 2052, 1632p.

GARCIA-ROZA, Luiz A. **Artigos de metapsicologia 1914-1917: narcisismo, pulsão, recalque, inconsciente**. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, v.3, 2000.

_____. Luiz A. **Freud e o inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

_____. Luiz Alfredo, **Introdução à metapsicologia freudiana**. 6. ed. Rio de Janeiro:

Jorge Zahar, 2004.

GÊNESIS, Capítulo 1, Versículo 27. In: **Bíblia Jovem**. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil. 1148, 444p.

GÊNESIS, Capítulo 3, Versículo 14-19. In: **Bíblia Jovem**. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil. 2052, 1632p.

GIL, Antônio Carlos, **Como elaborar projetos de pesquisa**, 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES NETO, Pedro R. **A prisão e o sistema penitenciário: uma visão histórica**. Canoas: Ulbra, 2000.

GUIMARÃES, André Eduardo. **A paternidade no confronto entre psicanálise da religião e fé**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JOÃO, Capítulo 3, Versículo 6-8. In: **Bíblia Jovem**. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil. 2052, 1632p.

JULIEN, Philippe. **Psicose, perversão, neurose: a leitura de Jacques Lacan**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2002.

LACAN, Jacques, O seminário, livro 8: a transferência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LEBRUN, Jean-Pierre. **Um mundo sem limite: ensaio para uma clínica psicanalítica do social**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria; **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**, 5. ed, São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINELLI, Maria Lúcia, **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**, São Paulo: Veras Editora, 1999.

MELMAN, Charles. **A neurose obsessiva**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.

MIRABETE, Julio F. **Execução penal: comentários à Lei nº 7.210, de 11-7-1984**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MONDAINI, Marco. **Direitos Humanos**. São Paulo: Contexto, 2006.

MOORE, Burness, E. **Termos e conceitos psicanalíticos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

MORAES, Renate Jost de. **As chaves do inconsciente**. 12. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1998.

NASIO, J-D. **Lições sobre os sete conceitos cruciais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

NASIO, Juan-David. **O prazer de ler Freud**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli, **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 5. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2003.

POLLI, Maria Cristina, **Pesquisa em psicanálise**. Revista: Onde fala um analista, Associação Psicanalítica de Porto Alegre, n°29, p. 42-47, dez. 2005.

RECH, Daniel (Coord.) **Direitos humanos no Brasil: diagnóstico e perspectiva**. Ano 2, n. 2, Rio de Janeiro: CERIS/Mauad X, 2007.

RIBEIRO, Maria Anita Carneiro. **A neurose obsessiva**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

RISÈ, Claudio. **A inaceitável ausência do pai: paternidade e seus desafios na sociedade**. Vargem Grande Paulista, SP: Cidade Nova, 2007.

ROMANOS, Capítulo 10, Versículo 17-18. In: **Bíblia Jovem**. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil. 2052, 1632p.

ROUDINESCO, Elisabeth. Plon, Michel. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

SALMO, Capítulo 18, Versículo 1-3. In: **Bíblia Jovem**. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil. 2052, 1632p.

SALMO, Capítulo 23, Versículo 1-4. In: **Bíblia Jovem**. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil. 2052, 1632p.

SALMO, Capítulo 139, Versículo 1-6. In: **Bíblia Jovem**. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil. 2052, 1632p.

SEGATO, Rita: Religião, vida carcerária e direitos humanos. In: NOVAES, Regina (org). **Direitos Humanos: temas e perspectivas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

SILVA, Marisya S. **Crimes hediondos e progressão de regime prisional**. Curitiba: Juruá, 2007.

SILVA, Rosane Neves da. **A intervenção da psicologia social**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

SINHORINI, Wildenilson (org.). **Normas para apresentação de trabalhos: curso de administração**. 2. ed. Foz do Iguaçu, PR: Uniamérica, 2006.

SOARES, Aparecida R. **Construção das relações de poder na penitenciária estadual de Foz do Iguaçu – PR**. Faculdade União das Américas, Foz do Iguaçu-2006.

VALLS, Álvaro L. M. **O que é ética**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

YIN, Robert K., **Estudo de caso: planejamento e métodos**, 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZIMERMAN, David. **Vocabulário contemporâneo de psicanálise**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

.

APÊNDICES

APÊNDICE 1: Termo de consentimento livre e esclarecido (folha 1)



CURSO DE PSICOLOGIA
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA
PESQUISA

Nome da Pesquisa: Religião e lei em processo de encarceramento

Acadêmico: Deise Brandão Carvalho

Orientador da Pesquisa: Marta Carimi Damen Buzanelo

Trata-se a presente pesquisa de campo de um estudo que pretende compreender a busca da religião, simbolicamente, uma lei, dentro do processo de encarceramento. Tal investigação tem sentido a medida que o sujeito busca uma lei superior, tendo problemas com as leis vigentes.

Tendo o profissional recebido todas as informações necessárias em relação à pesquisa e ao roteiro de perguntas e esclarecido dos seus direitos relacionados a seguir, declaro estar ciente do exposto e aceitar participar da pesquisa.

Direitos dos sujeitos da pesquisa:

1. A garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimentos a dúvidas sobre os procedimentos, riscos, benefícios e outros relacionados com a pesquisa, bem como o uso das informações para fins estritamente acadêmicos;
2. A liberdade de retirar o consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo;
3. A segurança de não ser identificado e que será mantido o caráter confidencial das informações relacionadas com a privacidade;
4. Para esclarecimentos de dúvidas, ficam à disposição os telefones para contato do orientador 99220815.

Desta forma, estando ciente assim o consentimento para o uso das informações contidas no roteiro de perguntas.

Foz do Iguaçu, ___ de _____ de 2009.

Deise Brandão Carvalho
 Pesquisador

Nome do entrevistado
 Rubrica do entrevistado

APÊNDICE 2: Solicitação de Autorização para Pesquisa de Campo

Foz do Iguaçu, Julho de 2009.

Prezado Tenente coronel Ivan Vidal Gracvyk.

Solicito por meio deste, o espaço o espaço da Faculdade União das Américas, como campo de pesquisa para a Acadêmica Deise Brandão Carvalho, tendo em vista que a mesma pretende coletar dados para realização de sua pesquisa intitulada “Religião e lei em processo de encarceramento”.

A pesquisa a ser realizada é parte do processo de realização de Trabalho de Conclusão de Curso do referida acadêmica, devidamente matriculado no curso de Psicologia da Faculdade União das Américas, tendo como Orientadora a Professora Marta Carimi Damen Buzanelo.

Sem mais, aguardamos a autorização de Vossa Senhoria.

Atenciosamente,

Prof^a. Marta Carimi Damen Buzanelo
Orientadora do Trabalho de

Deise Brandão Carvalho
Acadêmico do 5º ano do Curso de Psicologia.

APÊNDICE 3: Roteiro para entrevista em profundidade

Histórico de vida do detento

Qual foi a motivação para o crime

Como se deu a busca pela religião

Sentimento de culpa ou não

Benefícios trazidos pela religião – encontro com a lei